Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 24 de fevereiro de 2022
Ata N.º 05

No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta e seis minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

PONTO TRÊS – Proposta de Revogação do Plano Geral de Urbanização de Aires, do Plano Parcial de Urbanização da Barra Cheia, Vale de Touros, Olhos de Água e Lagoinha, Revogação parcial do Plano Geral de Urbanização de Palmela;

PONTO QUATRO – Acordo para a transferência de Passagem Inferior Rodoviária no PK 12+856 da Linha do Alentejo na sequência de supressão de Passagem de Nível;

PONTO CINCO – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;

- Sr. João Miguel Marques da Costa;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patrícia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra;
- Sr. Emanuel António Zambujo Boieiro.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Andreia Sofia Dias Bento;
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Inês Raquel Guarda de Garcia.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Erica Sofia Caeiro Ribeirinho,** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. João Manuel da Cruz,** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Nuno Miguel dos Santos Passos** secretário do executivo.
- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino**, que se encontra presente.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros a **Sra. Erica Ricardo, Sr. João Manuel da Cruz e Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino da CDU,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Bem-vindos a esta Assembleia Municipal ordinária, queria saudar o Sr., Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queria saudar todos os membros da Assembleia Municipal que hoje aqui estão connosco e queria saudar também quem está a visualizar-nos através da transmissão por streaming que chega a todas as casas. Uma palavra de apreço também para os técnicos do município nomeadamente adstritos à Assembleia Municipal que colocam o seu labor e o seu saber na construção de uma perspetiva de Assembleia que possa decorrer da melhor forma possível.

Dizer-vos antes mesmo de fazer a chamada e da existência de uma tomada de posse que não tivemos condição eu tendo falado com todos os líderes de bancada, não tivemos condição para adiar esta reunião da Assembleia Municipal de hoje para segunda-feira, houve da vossa parte da parte dos lideres de bancada muitas reticencias em relação ao facto de ser segunda-feira de carnaval e, portanto, isso impele-nos a ter uma Assembleia Municipal extraordinária no dia sete de março.

Já combinei com o Sr. Presidente de Câmara esse aspeto que tem essencialmente a ver com embora possa existir outros pontos da ordem de trabalhos com o facto do Decreto-Lei 23/2022 de catorze de fevereiro que consagra a possibilidade da prorrogação do prazo de transferências das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social e portanto foi uma questão que foi aprovada em reunião de Câmara na segunda-feira desta semana e portanto não tinha tempo suficiente para vir hoje aqui à sessão e portanto fá-lo-emos no dia sete, estão desde já convocados para tal."

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, O **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

"Neste período Antes da Ordem do Dia da Assembleia, neste período tenho cinco documentos que chegaram à mesa, alguns deles durante o dia de hoje e, portanto, reitero a necessidade de os documentos que chegam à mesa entrarem pelo menos com vinte e quatro horas, para podermos também os distribuir e para todos poderem tentar aqui jogar com eles e perceber o que é que cada um deles preconiza.

Temos duas saudações, uma recomendação e duas moções, com tempo, objetivamente conseguiriam com certeza fazer moções únicas assim é mais difícil e, portanto, pedia que as mesmas fossem apresentadas da forma que chegaram à mesa por ordem de chegada.

A primeira moção é apresentada pelo Partido Socialista."

Moção PS "Saudação na ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher"

Tomou a palavra o **Sr. João Miguel Marques da Costa** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Parto sempre do pressuposto que não havendo nenhuma intervenção de nenhuma das bancadas antes, as propostas estão admitidas à discussão.

Quem se quer prenunciar sobre esta moção? Ninguém?

Então votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Saudação apresentada pela bancada da CDU, Ana Filipa Costa se faz favor."

Saudação CDU "8 de Março – Dia Internacional da Mulher"

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Ana Filipa Costa.

Quem quer intervir sobre esta Saudação apresentada pela CDU?

Não havendo intervenções votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Uma Recomendação apresentada pelo BE, Tânia Ramos se faz favor."

Recomendação BE "Emergência Climática e o Reaproveitamento de água"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Nós ainda estamos sobre a vigência do anterior regimento e portanto as recomendações que é o termo do documento que me chegou à mesa, tem que ser votado de acordo com o artº 27, nº 6 do anterior regimento se fosse no atual regimento já não votaríamos, discutiríamos, mas não votávamos a recomendação, era uma recomendação para neste caso para o município e portanto aquilo que a Assembleia faria era levara a recomendação por esta via ao município, pelo anterior regimento diz que quando se trata de pareceres a emitir por outras entidades as deliberações são sempre acompanhadas com as declarações de voto apresentadas. Tem que haver uma votação sobre esta recomendação.

Quem quer intervir?

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite.

Confesso que a ler a parte inicial fiquei um bocado confuso eu até estava convencido que os capitalistas bebiam era champanhe mas, retirando este aparte demagógica inicial e indo, de facto, ao cerne da questão, eu acho que sim, que tem lógica aquilo que é aqui dito para combater o desperdício, isto sim, tem lógica a implementação da água reutilizada, as questões da poupança, as medidas de mitigação, só na questão dos suportes de comunicação é que eu tenho aqui também uma dúvida ambiental ou seja, acho que estarmos a dar flyers e a sensibilizar, portanto, não sei se será gastar também papel e se será o melhor método, mas, de resto, com estas medidas votaremos a favor, não votamos é obviamente esta introdução, mas as medidas sim, têm lógica, tirando esta questão de estarmos a dar flyers ou publicidade já basta aquela que nós demos todos nas últimas eleições autárquicas e legislativas e acho que isso também já feito mais.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Vitorino.

Mais alguma intervenção? Não havendo mais intervenções, votamos.

Submetida a Recomendação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD e um do BE) e duas abstenções do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Moção do PSD, Colin Marques se faz favor."

Moção PPD/PSD "Solidariedade com a Ucrânia"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Michael Mateus Marques** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sobre esta moção quem quer intervir?

Tânia se faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Em relação a esta moção e também a próxima, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente, mas irei fazer uma declaração de voto que acompanha e aquilo que gostaria de dizer e de deixar esplanada é que a invasão da Ucrânia pela Rússia é inaceitável, o Bloco de Esquerda condena sem reserva o ataque está em curso e ocupação do território de um país soberano não há imperialismo os bons, e imperialismos maus, são todos perigosos para os povos e, por isso, rejeitamos ação militar russa lamentamos todas as vidas perdidas e estamos solidários com todas as pessoas que deixam as suas casas para trás e fogem da guerra.

Por isso aquilo que deve existir é um cessar-fogo imediato e a retirada das forças russas do território Ucraniano. Insistência da Rússia na via militar tem de ser punida com sanções fortes que afeta diretamente a oligarquia russa elite do país.

A escalada militar dos últimos anos com a crescente colocação de tropas da NATO em países vizinhos da Rússia e o aumento das forças militares russas junto às fronteiras da União Europeia é injustificável e está na origem do problema que hoje enfrentamos é por isso necessário e urgente, o apelo a que todos sem exceção abdiquem da via militar e façam regresso a uma via diplomática. Exige a todas as partes, o respeito pelo direito internacional humanitário e por isso é preciso fazer mais, é preciso que esta política seja uma política mais forte e que garanta o acolhimento de todos e todas quantos queiram fugir da guerra na Ucrânia. No passado recente a Europa teve respostas vergonhosas na solidariedade com os refugiados esperamos que, desta vez seja diferente.

Disse o Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, foi uma declaração de voto, demasiado cumprida, mas de qualquer maneira aceitamos, muito obrigado.

As Declarações de Voto são simples, ou chamamos outra coisa, como intervenção ou então não pode ser uma declaração de voto.

Muito bem, quem quer mais intervir sobre esta moção do PSD? Mas ninguém? Votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (um da CDU – António Mestre, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois CH e um BE) e dez abstenções da CDU.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à Moção apresentada pelo Partido Socialista, quem lê moção? Patrícia Caixinha faz favor."

Moção PS "Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários"

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Patrícia Caixinha.

Quem quer intervir sobre esta moção do Partido Socialista relativa à solidariedade para com o povo ucraniano?

Percebo e pode ficar em ata que a intervenção da Tânia comportava logo as duas moções.

Não sei, eu por mim é-me indiferente, Colin Marques PSD se faz favor."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

"Naturalmente que votaremos a favor da moção de solidariedade com o povo ucraniano e permitam-me que vos diga uma coisa, tem uma boa ideia de todos vocês e vou continuar a ter, apesar do que possa vir a acontecer com a votação desta moção, mas lembrem-se de uma coisa, tal como aconteceu com a anterior moção que já foi apresentada contra a invasão da Rússia, quando chegarem a casa hoje, amanhã, e depois, quando chegarem a casa e assistirem aos inevitáveis derramamentos de sangue, crianças mortas, mulheres violadas e tudo o que uma guerra acarreta lembrem-se quando tiveram oportunidade de condenar isso abstiveram-se.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, António Mestre se faz favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sr. Presidente, toda a mesa, elementos do executivo, elementos desta Assembleia.

Toda a evasão e condenável. O imperialismo há bocadinho a Tânia disse isso mesmo e faço aqui minhas palavras, não tem lados bons, toda a evasão, causa danos, menos aqueles que os propagam. Eu em nome da CDU, a nossa abstenção neste momento, é porque não é possível defender bons e maus neste processo, não é possível defender bons e maus sem termos memória, memória de há meses, memória de anos, memórias do que se passou no Iraque, memórias do que se passou no Afeganistão, memórias do que se passou em outros povos que foram invadidos por propensão dos imperialistas que se provaram até irreais como foi o caso do Iraque, não havia armas de destruição maciça, no entanto, nesta questão particular que estamos hoje aqui a definir é uma abstenção, mas não é uma abstenção a paria, ou seja, sem derrotados, derrotados, somos todos nós que não conseguimos pela diplomacia vencer aquilo que era o mais importante garantir a paz de todos os cidadãos da Europa, muito obrigado.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado António Mestre.

Mais alguma intervenção neste ponto? Para esta moção?

João Costa faz favor, peço desculpa."

O **Sr. João Costa do PS:**

"Obrigado Sr. Presidente.

Obviamente, o PS votará a favor da moção que apresenta, mas gostava até na sequência da intervenção do António Mestre de deixar bem claro e reiterando as palavras do Colin que, de facto, aquilo que está a ser votado, já foi a anterior e também esta, são moções de solidariedade para com o povo ucraniano e, perante a solidariedade para com o povo ucraniano, a abstenção é uma tomada de posição e é uma tomada de posição que significa, é-nos indiferente, é-nos indiferente a tomada de posição que está aqui a ser assumida e o PCP ao longo do dia de hoje, também na Assembleia da República, também no comunicado que fez há dois dias tem sido muito claro no branqueamento da posição da Rússia, acusa a União Europeia, acusa a NATO, acusa os Estados Unidos, como às vezes, perguntamos se a Ucrânia está mesmo a ser invadida, parece que não, parece que não estar a acontecer nada, parece que não está mesmo a acontecer nada, parece que não há uma invasão de um país soberano, parece que a luta é igual, que as armas são as mesmas, que o posicionamento da Rússia ao longo dos últimos meses tem sido cooperativo que não tem havido ciber-ataques em vários pontos do mundo suspeitando-se que é que eles estão a acontecer em Portugal são porque Portugal está a ser usado pela Rússia como um teste, para outros ataques maiores, parece que nada disto

está a acontecer e há momentos em que não podemos ficar em cima do muro exatamente da mesma maneira que o PCP em momentos cruciais de condenação das invasões na Síria, no Iraque etc. tomou posição clara e não disse, somos todos iguais, somos todos vítimas, portanto, desta vez também não somos todos iguais, também não somos todos vítimas e, por isso, a solidariedade não tem dúvidas, é expressa, é manifesta e é votada com veemência.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, João Costa.

Mais alguma intervenção? Não havendo, votamos.

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois CH e um BE) e onze abstenções da CDU.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Temos quinze minutos para o período de antes da ordem do dia para continuarmos com este período, se houver alguma intervenção que queiram fazer neste período, é este momento. Não há intervenções muito bem, passamos ao primeiro ponto da ordem de Trabalhos.

Sr. Presidente de Câmara, faz favor."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente os restantes membros da mesa assim como todos e todas os membros da Assembleia, a vereação presente, o público e os trabalhadores e trabalhadoras do município que dão suporte a presente reunião, cumprimentar também a Sra. jornalista e passaria então a procurar resumir o documento introdutório que pretende fazer a síntese do documento que foi distribuído a toda a Assembleia e que se reporta à atividade desenvolvida entre o dia um de novembro e trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e dois.

Os meses a que se reporta o presente relatório coincidem com o início do mandato e de ano civil, pelo que foram, naturalmente, marcados por um conjunto de procedimentos de transição e preparação do novo ciclo. As equipas municipais estiveram fortemente empenhadas em diversas frentes, sendo de sublinhar a complexa organização das eleições legislativas em contexto pandémico, uma vez mais, com desdobramento de secções de voto e possibilidade de voto antecipado ou ao domicílio. Os dossiês de transferência de competências municipais para as Juntas de Freguesia e o acolhimento de novas transferências da Administração Central também têm sido alvo de atenção particular por parte da organização.

A frota municipal foi reforçada, neste período, com cinco novas viaturas para transportes escolares, o que, além de contribuir para a sua modernização e eficiência, permitiu reduzir a aquisição de serviços ao exterior, aumentando o número de crianças transportadas por administração direta.

No que respeita a instalações, concluiu-se a reabilitação parcial de apoios da estrutura de cobertura dos Serviços Operacionais e de um troço da rede de abastecimento de água na Biblioteca de Pinhal Novo, além da pintura da fachada da Casa-Mãe da Rota de Vinhos e da limpeza de coberturas de vários edifícios municipais. A iluminação decorativa do Castelo foi reparada, procedeu-se à instalação parcial de nova iluminação na Igreja de Santiago, concluiu-se o projeto para reforço estrutural da Casa Capelo e está em conclusão a obra de melhoria da eficiência energética e climatização do Cine Teatro S. João.

Entretanto, e dando sequência ao objetivo estratégico definido para este mandato, de reforço e qualificação da rede de equipamentos municipais ao serviço da comunidade, encontravam-se em conclusão o novo Pavilhão de Poceirão, que resulta da requalificação do antigo polidesportivo, e a requalificação do Monte do Francisquinho, que se constituirá como ninho associativo e centro de respostas sociais. Registam boa evolução o Centro Comunitário de Águas de Moura e o Centro de Investigação do Património Cultural, em Palmela (no antigo edifício da GNR).

No campo da modernização administrativa, foram disponibilizados novos serviços no Portal e deu-se início aos trabalhos relativos à implementação de uma nova aplicação informática para serviços *on-line* e desmaterialização de processos de Urbanismo.

Num período em que o Município continuou a reforçar os meios humanos, realizaram-se seis sessões de acolhimento e sensibilização a novas/os trabalhadoras/es e desenvolveram-se 39 ações formativas (internas e externas), num total de 734 horas de formação. No vencimento de dezembro, procedeu-se ao pagamento das alterações remuneratórias às/aos trabalhadoras/es que reuniram os requisitos legalmente previstos para serem abrangidas/os, quer pelo regime de progressão obrigatória (acumulação de 10 pontos), quer por opção gestionária do Município.

A situação de pandemia continuou a exigir um acompanhamento muito próximo por parte da Autarquia, em múltiplas dimensões, desde logo, para garantir as necessidades logísticas e o bom funcionamento do Centro de Vacinação Municipal, bem como as ações de vacinação e rastreio em lares e, de forma pioneira, as primeiras ações de vacinação descentralizada, a nível nacional, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, com recurso à Unidade Móvel de Saúde. Este serviço de proximidade também esteve afeto - em particular, no período festivo - à realização de rastreios, com aplicação de teste rápido antigénio, à população e às equipas municipais. Através de um protocolo com a Associação Nacional de Farmácias e com a Associação de Farmácias de Portugal, o Município disponibilizou, gratuitamente, a vacina contra a gripe sazonal em 14 farmácias do Concelho, a munícipes utentes do SNS, com idade igual ou superior a 65 anos, proporcionando, assim, uma resposta de maior proximidade.

A renovação dos protocolos de colaboração com as três Associações de Bombeiros do Concelho, referente a 2022, garante o apoio municipal ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, num total de 390 mil euros, e às Equipas de Intervenção Permanente, no valor de 102 mil euros, bem como a comparticipação nos custos com os seguros das viaturas de emergência.

A promoção da Participação mantém-se como um eixo prioritário do Município no novo mandato, contributo indispensável à construção de uma cultura de cidadania. Em janeiro, foi possível retomar o processo "Eu Participo!" Munícipes, com uma sessão presencial para apresentação das propostas e abertura do período de votação. Com vista a facilitar o trabalho das associações de moradoras/es e o seu acesso a apoios municipais, realizou-se a oficina "Elaborar uma candidatura ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo". No que respeita aos projetos participativos desenvolvidos com a comunidade escolar, sublinha-se a realização de uma assembleia "Eu Participo!", dinamizada pelas crianças da EB Olhos de Água, a atualização do dossiê "A tua voz" - recurso educativo composto por artigos escritos pelas crianças, que está disponível em todos os estabelecimentos de educação e ensino do Concelho – e a partilha com as escolas do filme "Reciclar para o planeta salvar", projeto desenvolvido por um grupo de seis alunas, a propósito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das preocupações com o lixo nos oceanos.

O lançamento do concurso da empreitada de execução do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela foi um momento marcante no período em apreço, representando um importante passo na concretização desta ambição antiga. São de realçar, também, a conclusão da requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio do pré-escolar e do 1.º ciclo, da EB António Santos Jorge, em Pinhal Novo, e da rampa acessível no logradouro do Jardim-de-Infância das Lagameças. A atribuição das Bolsas de Estudo 2021/2022 abrangeu 14 alunas/os do ensino secundário e 16 do ensino superior.

A quarta distribuição anual do Cabaz Solidário Saudável apoiou 189 famílias, num total de quinhentos e setenta munícipes, e no âmbito do Centro Local de Apoio e Integração de Migrantes, fruto de um protocolo com a Fundação Santa Rafaela Maria, registaram-se dezassete atendimentos. Em novembro, a Rede Social Palmela realizou o XII Fórum Social, sob o tema "Habitação digna, inclusiva, para tod@s", que congregou uma forte participação e permitiu aprofundar o conhecimento e o debate em torno da Estratégia Local de Habitação. Nesse domínio, regista-se o desenvolvimento do dossiê de conteúdos específicos para a dinamização e operacionalização da estratégia e o início da aquisição de habitações para reabilitação e posterior atribuição em regime de renda apoiada. Ao nível regional, concluiu-se a participação colaborativa na construção da Estratégia Metropolitana.

É digno de nota, no período em apreço, o tratamento de dados decorrente da identificação predial voluntária com vista à minoração de IMI no Centro Histórico de Palmela, tendo-se apurado 634 prédios/frações em condições de usufruir deste benefício. O processo de revisão do Plano Diretor Municipal continua a ser prioritário, no campo do planeamento, sendo de realçar, também, os trabalhos em curso, relativos à construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, bem como à constituição da Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, afirmando-se Palmela como um dos municípios fundadores. Neste campo, realizaram-se, no nosso território, dois encontros de produtoras/es locais, que confirmaram o interesse e o dinamismo do setor.

O Município continua a intervir na reabilitação de loteamentos inacabados ou abandonados pelos promotores, como medida de reabilitação urbana e coesão territorial. Na Quinta dos Farias, em Pinhal Novo, encontra-se em conclusão a empreitada do sistema elevatório de águas residuais domésticas e já está no terreno uma nova empreitada de infraestruturação geral. Também em Pinhal Novo, foi consignada uma empreitada de conclusão/retificação de infraestruturas elétricas em Val'Flores.

Teve início, neste período, a infraestruturação da Rua 1.º de Maio, na Quinta do Sobral e Canastra, Pinhal Novo, e procedeu-se à elaboração dos projetos de execução da drenagem de águas residuais domésticas em Abreu Grande/Carregueira (em conclusão) e de infraestruturação da zona nascente de Olhos de Água.

No campo da rede viária, concluiu-se mais um importante pacote de intervenções de pavimentação e repavimentação de vias, nomeadamente, Rua dos Vinhedos (Pinhal Novo), Rua João Pedro Monteiro (Lagameças), segunda fase da Estrada de Vale dos Barris (Palmela), Rua Pedro Azenha dos Santos (Bairro Margaça), segunda fase da Rua dos Brejos Carreteiros (Quinta do Anjo), prolongamento da Rua Joaquim Maria Afonso (Lau), Rua 10 de Junho (Venda do Alcaide) e mais um troço da EM 533 e 533-1.

O espaço público continua a merecer particular atenção por parte do Município, que concretizou intervenções de relevo na Praceta da Salgueirinha (Pinhal Novo) e no Jardim de Aires, tendo em consideração um maior usufruto destes espaços comunitários e uma maior sustentabilidade, privilegiando-se as espécies autóctones e que exijam menor consumo de água - uma preocupação transversal, aliás, a todo o território. Em novembro, assinalou-se o Dia da Floresta Autóctone, com um conjunto de ações para públicos diversos. No âmbito do projeto CLIMA.AML, inserido no Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, foi instalada uma estação meteorológica na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, que integra uma rede composta por 18 estações, cujos dados serão divulgados numa nova plataforma *on-line*, em fase de testes.

No CROA, deu-se início à recuperação do antigo canil, para ampliação da capacidade, e foi adquirido um abrigo de apoio à realização das obras, que será utilizado, mais tarde, para acolher felinos. No Cemitério de Palmela, concluiu-se a reabilitação da Capela e a renovação dos canteiros que compõem a envolvente

paisagista dos painéis de vedação do estaleiro, e encontrava-se em conclusão a requalificação da alameda, com substituição dos antigos cedros por árvores mais adequadas.

Apesar da situação pandémica, a Cultura viveu momentos de grande dinamismo, em particular, no período natalício, e o Museu Municipal continuou a afirmar o património e a identidade locais. O Museu A Estação está cada vez mais acessível, com disponibilização de áudio-guias com áudio-descrição e língua gestual portuguesa, e continuou a promover as visitas guiadas "No meu tempo", sublinhando-se a homenagem, em dezembro, aos ferroviários que se disponibilizaram a partilhar as suas memórias. A exposição "De Palmela ao Poceirão. Uma viagem arqueológica" continua em itinerância e esteve na EB José Saramago (Poceirão) e no Mercado Municipal de Pinhal Novo. Enquadrada pelo projeto metropolitano *Felicitas Iulia Olisipo*, formalizou-se uma parceria com uma queijaria local, com vista à produção de queijo curado em folha de castanheiro, iguaria associada à Lisboa Romana. E porque as alterações climáticas têm impacto em todas as áreas da vida, o Museu Municipal representou o Concelho em atividades internacionais, inseridas na conferência das Nações Unidas COP26, com as comunicações "Alcaria do Alto da Queimada. Património arqueológico e alterações climáticas" e "De Palmela ao Poceirão. Uma viagem arqueológica. Contributo de uma exposição de arqueologia para uma comunidade mais resiliente".

Neste período, foi apresentado à comunidade educativa um importante conjunto de novos recursos pedagógicos, produzidos no âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar: o filme "*Balmalla* - Palmela, uma fortificação com mais de 1.000 anos de história", o jogo educativo digital sobre a segunda expedição científica de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, "de Angola à Contracosta (1884-1885)", e o jogo de cartas "Palmela". A edição de Natal do programa "Férias a Crescer" teve como tema o mundo ferroviário, tal como o Conto de Natal original "O comboio mágico", apresentado à comunidade educativa e ao público, em geral, ao longo do mês de dezembro.

A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas continuou a dinamizar iniciativas de animação e promoção da leitura para todas as idades, da "Hora do Conto" *on-line*, acompanhada de tradução para Língua Gestual Portuguesa, às conversas literárias "365 dias de romance" com Rodrigo Guedes de Carvalho e Maria do Rosário Pedreira, registando-se a conclusão do ciclo de sucesso "Fernando Pessoa e outras Pessoas".

A(s) Semana(s) da Dança marcaram, uma vez mais, o calendário cultural do Concelho, com iniciativas de divulgação e promoção desta forma de arte em vários equipamentos municipais. No Cine-Teatro S. João, tem destaque o acolhimento das residências artísticas do Teatro O Bando, numa parceria com o Teatro Nacional D. Maria II, para o espetáculo "Paraíso – Divina Comédia", e do dançarino e coreógrafo José Lobo, para a produção "Dar Corpo ao Ma-ni-fes-to", com o apoio da Passos e Compassos. Em novembro, os grupos de Cante residentes no Concelho reuniram-se na sede da Sociedade Filarmónica União Agrícola para assinalar mais um aniversário da Declaração do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade e, na Noite de Reis, as Janeiras não puderam sair à rua, devido ao confinamento obrigatório do início do ano, mas o Município realizou e divulgou nos meios digitais um vídeo com atuações de todos os grupos que, habitualmente, participam neste ritual de boas-vindas ao novo ano.

O programa "Jovens no Natal" proporcionou várias atividades de animação e aprendizagem na pausa letiva, para jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. Decorreram, neste período, os concursos "Jovens Talentos" e "*SmartVideo* 21", tal como a abertura do período para entrega de propostas de imagem gráfica para a 27.ª edição do "Março a Partir", cujo trabalho preparatório também se iniciou.

A realização do Grande Prémio da Arrábida, com meta-volante em Palmela, e do Campeonato Regional de Corta-Mato, na Lagoa da Palha, bem como de três concentrações de minibasquetebol, demonstra a gradual reabertura da atividade desportiva, com reflexos, também, no retomar das atividades de mobilidade e exercício para a população idosa.

"Palmela na Rota de Peregrinação do Caminho de Santiago" foi o tema do Fórum Turismo Palmela 2021, que reafirmou o empenho que o Município tem colocado na consolidação do Caminho de Santiago no Concelho de Palmela e na região. Destaca-se, igualmente, nos meses em apreço, a 6.ª edição do evento "Viva o Natal no

Município de Palmela", com um Mercado de Natal no Largo de S. João, muito procurado, o tradicional Presépio Etnográfico, decoração natalícia e um vasto programa de animação e dinamização comercial em todas as freguesias. A gastronomia continua a ser uma referência, confirmada pela presença no Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, pelos Fins-de-semana Gastronómicos do Moscatel de Setúbal e da Fogaça de Palmela, bem como pela tradicional cerimónia da Bênção das Fogaças. Num momento em que o Município trabalha, já, com as respetivas organizações, no regresso dos certames mais emblemáticos de promoção dos produtos locais de qualidade, regista-se a plantação de um pomar de 70 macieiras de Maçã Riscadinha de Palmela no Espaço Fortuna, em Quinta do Anjo.

Fruto das diligências técnicas e políticas do Município junto da AML, foi possível enquadrar a União das Freguesias de Poceirão e Marateca no Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência. A Operação Integrada de Desenvolvimento, em curso, representa 6,5 milhões de euros de investimento direto neste território rural e o respetivo Plano de Ação está a ser construído com a comunidade, tendo-se realizado, em janeiro, o Fórum Comunidades Poceirão Marateca para partilha de informação e recolha de contributos e prioridades de intervenção.

Os tempos têm sido desafiantes, em múltiplas frentes, mas acreditamos que o Município está preparado para encetar um novo ciclo de desenvolvimento, assente na elevada capacidade das nossas equipas, numa leitura profunda e conhecedora do território e das suas dinâmicas, na captação das melhores oportunidades de financiamento e investimento, sempre em parceria com as populações e agentes locais, envolvendo-os na gestão do território e prestando contas. A obtenção, pelo quinto ano consecutivo, da Bandeira "Autarquia + Familiarmente Responsável" do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, e a distinção com o Prémio "Município do Ano" da Área Metropolitana de Lisboa, pela Universidade do Minho, sustentam a convicção de que estamos no bom caminho.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado Sr. Presidente de Câmara.

Intervenções neste período?

António Godinho, Partido Socialista."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sr. Presidente cumprimento na sua pessoa todos os presentes e os que seguem os trabalhos da presente Assembleia Municipal, em modo on-line.

Neste relatório da atividade municipal como é compreensível, refere-se obra feita, os eventos realizados, os projetos em execução, mas como também é compreensível omite-se as obras que poderiam estar a ser feitas, os eventos que poderiam estar a ser dinamizados, os projetos podiam estar a ser apensados. Em relação às obras, a autarquia tem dinheiro, mas não tem estratégia ou melhor tem uma estratégia de merceeiro de ir fazendo obras onde elas parecem indispensáveis no momento, mas sem uma estratégia global em que previna o presente, mas veja mais além em que o plano de obras resulte de uma análise articulada e coerente das necessidades do concelho.

Alguns exemplos poderiam ser dados, falta de um plano de alcatroamento dos aceiros de vez em quando, lembram-se de um, frequentemente esquecem-se dos restantes, falta de obras de saneamento em algumas zonas do concelho, quer seja de renovação ou mesmo de raiz. A resolução do problema da pressão de água no Pinhal Novo onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal insiste em não ver o problema os habitantes do Pinhal Novo que sofre na pele, literalmente, essa situação e se isso tem de dizer, olhe que não, olhe que não, Sr. Presidente há mesmo um problema. Na Escola Alberto Valente são necessárias obras de manutenção no seu edifício e uma reformulação do espaço ao ar livre que, neste momento, está subaproveitada. Ainda relativamente à educação, esta está finalmente inscrita uma verba para a monitorização e a reformulação da carta educativa vamos ver se será desta que se dá cumprimento ao que consta na referida carta. Sendo este

documento estruturante para pensar as medidas e estratégias a adotar na área da Educação a nível concelhio já se pode ter uma ideia da navegação de cabotagem que se tem feito nestes últimos anos. Outros projetos que parecem muito positivos e necessários podem correr o risco de se não forem doseados com saber e bom senso, se não for aplicado um velho acionamento grego que diz; "*Nem muito pouco, nem em excesso*" serem muito interessantes para poderem proporcionar magníficas fotografias, mas trazerem consequências negativas quando as câmaras e os sorrisos saírem de cena. É o caso da instalação dos painéis fotovoltaicos no concelho estão aprovados vinte projetos e mais quarenta deram entrada nos serviços camarários para apreciação.

Se foram todos aprovados irão cobrir uma área enorme, o que à 1ª vista parecerá ótimo para a sustentabilidade ambiental e rentabilização agrícola desses terrenos. No entanto, será avisado ter-se em conta que esta overdose de instalações de painéis fotovoltaicos que pode ter consequências negativas a nível, imagine-se do próprio ambiente, existe um perigo do efeito de espelho dos referidos painéis poderem contribuir para o aumento da temperatura e promover a impermeabilização dos solos, ninguém nega naturalmente, as muitas virtudes desta solução, mas temos que ajustar os aspetos positivos e possíveis impactos negativos.

Noutro aspeto congratulamo-nos por no presente relatório da atividade municipal já estar contemplada a informação sobre a "*CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*" correspondendo ao nosso pedido na última assembleia.

De realçar o apoio que a autarquia prestou no dia das eleições no que se refere à disponibilização de recursos humanos e transportes, embora na nossa opinião, tenha havido pouca divulgação relativamente à carrinha a que as pessoas podiam aceder para realizar os testes Covid.

No que se refere à área do turismo a autarquia depois de uma experiência que correu, digamos, menos bem, continua a não ter uma aplicação para telemóvel, hoje em dia tal ferramenta fundamental para qualquer região que se quer desenvolver que quer desenvolver a sua vertente turística por trazer benefícios que de tão evidentes escuso a enumerar, para quando Sr. Presidente uma aplicação para telemóvel que informe e oriente, o turista pelas muitas e variadas atividades e atratividades que o concelho de Palmela, felizmente, tem para oferecer a quem o visita.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

De acordo com a ordem de inscrição, o PSD, Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Relativamente aqui, ao relatório da atividade municipal permita-me que constato aqui pelo menos duas questões que me deixam aqui algumas reservas.

A primeira tem a ver com o "*Museu a Estação*", eu compreendo a medida, a medida é boa é, o Pinhal Novo merece ter em conta a história da localidade do "*Museu da Estação*", agora digo-lhe uma coisa, Sr. Presidente abrir o museu com uma sala ou duas, e com um pequeno acesso à linha férrea como foi isso que abriu e só oito ou nove meses depois é que está mais acessível com a disponibilização de auto guias e auto descrição de língua gestual para já o Museu é uma má forma de conhecer o Museu, porque para já eu sei que há mais espólio e que está lá guardado, porque o primeiro impacto que uma pessoa tem quando visita o museu a acessibilidade das coleções, que entra lá vê aquilo tão pequenino, a probabilidade de lá voltar é reduzida, drasticamente e de passar uma má informação sobre aquele museu que até merecia um outro tipo de atenção, ou seja, estão abre-se o museu, porque é que houve essa pressa tão grande para abrir um museu que só dez meses depois é que se tem uma auto discrição e auto guias. Os auto guias e a alta descrição mesmo na questão da língua gestual que é bom, que já devia ter sido feito logo desde início, mesmo assim, não invalida a necessidade de aquilo ter mais material interativo, porque é isto que promove a curiosidade e, sobretudo entre os mais jovens e até de uma câmara da CDU, reparem o museu do megalitismo, foi

construído todo com base no material interativo com uma coleção mais pequena do que aquela que nós temos no Castelo de Palmela e eles conseguem trazer, reparem só, até o material existe, o que falta, portanto é mais essa intervenção e ideias.

Outra coisa, também ainda aqui na página cinco, "Rede Municipal de Bibliotecas Públicas", até pela minha experiência profissional conheço bem o que é que são bibliotecas públicas e bibliotecas de leitura pública, que são mais isto, o que são a "*Rede Municipal de Bibliotecas Públicas*" tanto a de Palmela com a do Pinhal Novo, agora aquilo que me deixa estupefacto e eu não conheço nenhum caso em todo o país em que isso exista é o horário. O sábado, mas admitisse que ambas as Bibliotecas do Pinhal Novo e de Palmela não estejam abertas ao sábado de manhã, que é um dia tipicamente que os pais podem levar os filhos, se, fizerem qualquer estudo, se perguntarem a bibliotecas dos concelhos vizinhos, nomeadamente a do Barreiro que eu até conheço bem acreditem que o sábado de manhã é o dia que o espaço infantil é mais dinamizado e os passos periódicos, dou-lhe só um exemplo aos sábados, vendem-se quase tantos jornais como todos os outros dias da semana juntos e fechando ao sábado manhã, está-se a ter em conta que ambas as bibliotecas a secção dos periódicos é aquela que, portanto, tem mais adesão está-se a impedir as pessoas que ao sábado manhã que há muitas pessoas, sobretudo pessoas com uma determinada idade, utiliza o sábado manhã para a leitura de periódicos e estão impedidas de fazer pela Biblioteca pública de Palmela e do Pinhal Novo.

Só para terminar outra coisa também, não percebo por que a biblioteca também tem que estar fechada à segunda-feira, ambas nessa rede, porque quando diz aqui "*continuar a dinamizar iniciativas de animação e promoção de leitura de todas as idades*" não se faz retirando um dia e logo a segunda-feira, portanto, bastaria o domingo que é dia normal de descanso das bibliotecas, como acontece, aliás, por quase todo o país, embora até por todo o país, há bibliotecas que abrem na manhã de domingo.

Tenho dito, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Colin Marques.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"A primeira questão que tenho em relação aqui ao atendimento municipal que tem a ver com a suspensão do funcionamento da loja móvel do cidadão…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Só uma nota, página por favor, é mais fácil de seguir,"

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"É na página vinte e dois.

Gostaria que me esclarecessem em relação a essa suspensão, se fosse possível Sr. Presidente e depois chegou-nos uma informação ao Bloco de Esquerda em relação a morar no Centro Histórico de Palmela e eu gostaria aqui na página quarenta e dois, nas questões da reabilitação do Centro Histórico da Vila de Palmela na promoção do conhecimento do Centro Histórico está descrito que está em preparação de edição e atualização do guia informativo para obras no Centro Histórico, para o esclarecimento e divulgação de deveres e benefícios aplicáveis à conservação e reabilitação do edificado, se existe uma data de publicação para este guia e depois também queria trazer aqui este assunto relativamente que nos escreveram em relação a morar no Centro Histórico e assim, morar no Centro Histórico de Palmela encontra-se extremamente degradado e as pessoas que aqui vivem têm vontade de recuperar as fachadas das suas casas bem como melhorar as características das mesmas impedindo a degradação contestando.

O que acontece é que essa recuperação requer a vultosos investimentos e os programas propostos pela Câmara como o "FIMOC", são demasiado burocráticos e demorados, não esquecendo que é preciso que os proprietários sejam obrigados a suportar todas as despesas antes de receberem qualquer apoio, levando a que as pessoas desistam dessas transformações, entendemos que seja necessário uma licença para se fazer obras de fundo, o que não se percebe é que seja necessário contratar um arquiteto, preencher páginas e páginas de informação quando se pretende apenas mudar uma porta ou uma janela com o principal objetivo de se melhorar a segurança e a qualidade energética de casas centenárias, por vezes, os proprietários e proprietários desconhecem essas regras, correndo o risco de pagarem avultadas multas se fizerem as ditas alterações. Pedimos que esses processos sejam revistos com o objetivo de serem uniformizadas e facilitados.

O Bloco de Esquerda já tinha trazido aqui esta questão que é, como é que nós podemos atrair jovens para poder habitar no Centro Histórico de Palmela e reabilitar as casas que lá estão, se depois, essas casas têm problemas energéticos em relação às janelas, às portas, e é preciso quase um curso para poder ter acesso a esse projeto nem falando de que, alterar ou pedir para mudar uma porta de casa, tem de se pedir um projeto a um arquiteto e então aquilo que nós queremos deixar aqui bem claro é que gostaríamos de que houvesse uma solução rápida e uma solução diferente para quem quer aceder a casas no Centro Histórico e houvesse uma forma mais rápida e não tão burocrática de se poder fazer as alterações devidas a ter-se qualidade de vida dentro de uma casa que se escolheu viver no Centro Histórico.

Disse Sr. Presidente, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos, começar pela mesa Sr. Presidente.

Muito breve, do ponto que estamos aqui a discutir queria dizer o seguinte, sem prejuízo de um ou outro aspeto, ou alguns aspetos de problemas e de casos que não tenham sido resolvidos e que careçam de resolução ou que estejam ainda em meia resolução, eu gostaria, apesar de tudo, sabendo que o executivo da Câmara não está a trabalhar para ter louros, mas está trabalhar, tendo o mandato pela frente e, portanto, para a melhoria da qualidade de vida dos nossos e de nós próprios, eu gostaria de deixar, apesar de tudo uma felicitação ao executivo da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido que está refletido como também já foi aqui reconhecido por quem interveio antes de mim, e que está tão plasmado e tão, portanto, declarado na atividade que nos foi distribuída, para além do bonito da encadernação tem imenso trabalho realizado, e, eu pessoalmente, acho que isto merece também uma felicitação, mas merece mais uma exortação ao executivo e ao Sr. Presidente que chefia a equipa, a todos os Vereadores que têm os seus pelouros definidos, que façam tudo o que seja possível no sentido de continuar a melhorar a vida das populações a resolver os problemas, quer na educação, quer social, quer economicamente, quer no aspeto cultural, etc. portanto, era esta a esta minha mensagem e a mensagem da CDU que gostaria de deixar.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Teresa Marta faz favor e fecho aqui as inscrições."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Boa noite Sr. Presidente, permita-me que, em seu nome, cumprimente todos os presentes e também quem nos segue a partir de casa.

São duas questões muito rápidas e simples também dado o período já de intervenção, primeiro é Sr. Presidente, timings concretos para as obras da Vala da Salgueirinha, nomeadamente no Pinhal Novo e o Sr. Presidente passa lá todos os dias, já deve ter reparado que nós já fazemos rali por várias regiões com alternativas de estradas que as pessoas vão criando, como é natural, porque, de facto, os desvios continuam e são, por vezes complicados, nomeadamente à hora de ponta de facilitar a circulação.

A outra questão que queria colocar ao Sr. Presidente tem a ver com, parece-me a mim como habitante do concelho tem a ver com cada vez mais casos de pessoas carenciadas que nós vemos a pedir, nomeadamente junto ao Lidl, Aldi, Continente, e eu, quando digo a pedir digo pessoas com sacos de plástico, e que não pedem dinheiro, pedem "*Olhe! se vai lá dentro se me puder trazer alguma coisa*" e perguntar ao Sr. Presidente que intervenção é que a autarquia poderá fazer, nomeadamente a nível daquilo que são os observatórios de pobreza, etc., de que intervenção social e nalguns casos até psicológica que se possa fazer, porque a mim custa-me e claro que o país está numa situação onde, possivelmente estes situações serão cada vez mais visíveis, infelizmente, mas a mim custa-me que, no nosso território, nós não possamos ter uma resposta, digamos assim, mais visível e que não possamos até identificar estas pessoas na sua totalidade e perceber como é que podemos ajudar a melhorar esta situação, tenho dito, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Teresa Marta.

São, enfim, ficam duas questões que eventualmente seriam mais adaptadas ao período antes da ordem do dia, mas, enfim, estamos na atividade municipal e, portanto, não haverá qualquer tipo de problema.

Sr. Presidente de Câmara faz favor, não houve muitas perguntas, houve mais, enfim, comentários, mas o Sr. Presidente fará como entender, faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço as questões efetivas e também alguns comentários e considerandos, procurarei responder aqueles que penso que merecem ser respondidos.

A questão levantada pelo Sr. Membro da Assembleia António Godinho, falta de plano, falta de estratégia é uma questão de se documentar e perceber a estratégia, mas devo dizer que a estratégia existe num plano de mandato que foi sufragado maioritariamente e a estratégia é concertada com todas as forças inclusive as que aqui estão representadas, porque recebemos muitos reparos, muitos contributos também sugestões bem-intencionadas outras nem tanto e, sobretudo com a nossa população e quando o senhor fala da falta de um plano de asfaltamento e de falta de infraestruturas é porque, se calhar, não leu também nesse domínio planeamento das infraestruturas é por que não leu devidamente o documento, neste segundo aspeto.

Quanto ao plano de alcatroamentos, ele é sobretudo validade com os cidadãos e, portanto, basta estar mais atento e ouvir o que é que os cidadãos reivindicam o que é que eles priorizam nos processos participativos, nas reuniões públicas descentralizadas e noutros sítios e, portanto, esse plano até um plano aberto e enriquecido e musculado porque nunca se fez tanta repavimentação e tantos arruamentos novos e vamos ter muitos mais no início deste ano.

Relativamente à infraestruturação, pois bem, o senhor tem aí a informação de um conjunto de projetos de fundo que não são prolongamentos, nem remediações, nem remodelações, são projetos de infraestruturação geral integrada, pluvial, rede de água nova, esgotos em zonas periurbanas muito difíceis de infra estruturar e que apontam para orçamentos na ordem de dois/três milhões de euros para cada local, se isto não é planeamento, nós estamos a planear, estamos a projetar e estamos a projetar por fases e é isso que temos feito.

Suas considerações sobre a Escola Básica Alberto Valente são conhecidas, nós visitámos a escola, estamos lá falamos, felizmente muito com a comunidade escolar e com a comunidade educativa em geral e, por isso mesmo quisemos na "*Semana do Pinhal Novo*" ir ao local e a remodelação do logradouro e as outras beneficiações será projetada a partir dos contributos das próprias crianças e do corpo docente e há matérias que articulamos com a nossa Junta de Freguesia e outras que estão a ser desenvolvidas pela Câmara Municipal, portanto, reconhecemos que aquela escola, uma escola enorme, que já teve até muito mais alunos do que aqueles que tem, neste momento, que é um grande centro escolar até do ponto de vista da conservação do edifício, não sendo edifício muito antigo, mas devido à carga que tem está a precisar de vários apedreide e de sucessivas requalificações e esse compromisso está assumido, está identificado e está no nosso plano de trabalho.

Carta educativa, meu caro o que está na carta educativa do concelho de Palmela tem sido cumprido e se mais não avança, não tem que ver com o município e relativamente ao diagnóstico e à atualização da carta educativa, e este novo modelo que aí vem, nós tivemos largos anos à espera que houvesse a regulamentação de algumas matérias por parte do Ministério da Educação, mas estamos a trabalhar no assunto e também creio que, no âmbito das novas competências que também teremos outra capacidade para decidir e para planear e executar.

Sobre o solar, as preocupações de V. Exa. não são diferentes das minhas enquanto responsável político e que tenho naturalmente que aprovar esses processos, o município colocou este desígnio também ele importante no combate às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental da energia verde, tem conseguido atrair para o seu território investimentos de vulto e tem, naturalmente que dar espaço, porque essa iniciativa privada é mesmo assim, a que outros investimentos, se calhar de menos vulto que tenham também direito a ter parques solares seja para consumo próprio de unidades industriais, seja, para outros fins, seja para colocar na rede, seja para revender seja o que for, e isso obedece, obviamente, a uma estratégia que tem uma avaliação muito criteriosa, desde logo do tipo de solo que é proposto, das localizações, dos impactos a montante e a jusante que têm uma instalação desta natureza e não prescindimos em primeiro lugar da defesa das questões da preservação do uso do solo agrícola, dos ecossistemas e até de outras matérias de impacto ambiental e de outros danos colaterais nós acabámos de recusar um investimento ou pelo menos dar parecer negativo para o investimento cuja ligação à rede por via de cabos aéreos ao longo de várias parcelas aquilo sendo muito benéfico, dava cabo da paisagem e dava cabo dos terrenos aos vizinhos, desde Palmela até ao concelho vizinho, há matérias desta natureza que estão em discussão pública que é bom que os cidadãos também se pronuncia, porque é por isso que vão a discussão pública alguns destes projetos, mas quero, sobretudo lhe dizer que a nossa escolha e a nossa opção tem sido muito criteriosa e quando V. Exa. possivelmente ouviu falar nos jornais dos quarenta e tal projetos que já foram mais de cinquenta, que entraram no município, não é por acaso que só selecionámos vinte e todos os dias há novos e também já estamos noutro capítulo, já estamos no armazenamento dessa energia com um novo modelo de partes, dentro de contentores, só armazenamento de baterias que o Governo acabou de legislar há um mês, já entrou na Câmara um pedido de reunião para uma coisa desta natureza, mas garanto-lhe que nós queremos que o nosso concelho que é grande e com tantos constrangimentos que têm de ocupação de uso do solo, toda a gente quer construir aqui e acolá e, às vezes com grandes incompreensões não percebe que esta preservação é uma riqueza futura o nosso concelho tem como objetivo manter a sua diversidade de vocações e acarinhar aquilo que é endógeno, que é próprio que nós queremos ser e continuar a ser um concelho com uma ruralidade que aposte no agroalimentar, economia circular e, portanto, nós não nunca abdicaremos de ter território agrícola, território com ecossistemas preservados, com potencial Turístico, com potencial de visitação e que consegue coexistir com a necessidade que temos de ser também mais independentes, energeticamente, eu convido V. Exa, a ouvir as palavras do Secretário de Estado do seu partido sobre esta matéria que esteve, aliás comigo o lançamento da primeira pedra do último empreendimento desta natureza em que falava precisamente a propósito da seca e esta semana, o Governo também penso que mandou parar duas barragens, a produção de energia elétrica a partir a partir do hídrico para garantir água nas albufeiras e que embora eu seja um adepto, que devemos ter várias fontes para serem redundantes quando uma falhar termos outra, não se deve acabar com outras modelos de produção energética a não ser o nuclear e o carvão estou inteiramente de acordo com a política nacional nessa matéria, nós temos, portanto, quero tranquilizá-lo nós temos um objetivo de não deixar que o nosso concelho seja, de facto um espelho visto do céu, queremos continuar a ter paisagem, mas temos também a noção de que a energia verde vai permitiu-nos poupar outros

recursos e garantir uma energia mais limpa, isso deixaremos de depender de outro tipo de combustíveis e resgatar o "*CO 2*" que é um desígnio à escala planetária e aquilo que temos estudado e que os indicadores que temos permite-nos com muito otimismo reconhecer que atingiremos mais cento e vinte e cinco por cento daquilo que era previsto para atingirmos o pacto dos autarcas que até já ultrapassamos e conseguir ser no sumidouro de carbono e exportar para outras zonas do país e da Europa que não o sejam para contrabalançar essas necessidades, portanto, estamos criteriosamente a avaliar cada projeto.

Aproveito para partilhar convosco que uma das obrigações que temos procurado induzir nalguns destes projetos é o aproveitamento do solo na sua plenitude, porque, de facto, não há ali problemas de impermeabilização de solos nem nós poderíamos, nós temos água em todo o lado, estamos em cima do maior aquífero, aliás, um dos grandes problemas é por isso que o concelho de Palmela tem muita "REN - Redes Energéticas Nacionais", muita reserva ecológica bruta tem que ver com aquífero e com a sua proteção. Uma das obrigações que estamos a procurar induzir nestes projetos, aproveito para partilhar com todos é precisamente o aproveitamento do solo através de plantações, seja para consumo animal de ferragens, mas, sobretudo e esta é uma obrigação nova que introduzimos para a polonização, parques que permitam a polonização as abelhas necessitam e outros insetos também, fazem polonização em muitas árvores de fruto e, portanto, também precisamos disso e, portanto, estamos a querer ser diferenciadores e faremos isto com todo com todo o critério.

Informação da CPCJ, a informação que nunca foi recusada à Assembleia o que é preciso ter em consideração e chamo a atenção dos seus membros da Assembleia é para o caráter reservado de algum tipo de informação que, às vezes se pretendia ter aqui plasmado no relatório desta natureza.

Quanto à referência, a aplicação móvel, turismo, etc. terá novidades, nós propusemos e o senhor tinha razão relativamente a alguns aspetos menos conseguidos no site do turismo, nós temos um novo site de turismo será apresentada em breve e ele tem possibilidade de ligação com várias aplicações e esses e smartphone etc. etc.

Sobre as considerações do Sr. Colin Marques, não vou comentar, felizmente, temos muita gente com outra opinião muito mais favorável e os horários das bibliotecas são aquilo que são, há também quem considere que, o sábado não é bom, porque a malta tem mais que fazer e vai às compras, cada comunidade tem os seus hábitos e temos experimentado os horários em função daquilo que são até os requisitos, olhe nós temos outro tipo de pedidos para a biblioteca e outro tipo de horários, sobretudo quando chegámos agora à época dos exames à época dos testes etc. os horários vão ser diferentes para ir ao encontro daquilo que efetivamente a comunidade solícita.

Tânia Ramos, loja móvel, atendimento móvel, parou por causa da pandemia, porque não havia condições para fazer aquele tipo de atendimento também por causa da centralização do atendimento que durante tempos também, porque tínhamos gente que tínhamos que ter em casa, etc., funcionamento em espelho Covid, estava centralizado em dois grandes postos de atendimento o de Pinhal Novo, e o de Palmela, até Quinta do Anjo já reabriu, felizmente. Estamos neste momento com dois desafios por um lado, reforço de pessoal para podermos voltar, por outro, nós temos que remodelar a carrinha, é um projeto pioneiro, gostamos muito fomos distinguidos, premiados por isso queremos continuar, temos trabalhado inclusivamente na lógica de colocar cada vez mais serviços na carrinha, aliás, ela até faz distribuição de livros da Biblioteca Municipal., mas já estamos até se calhar, pelo número de quilómetros que a carrinha já tem, já estamos a pensar num modelo, que seja mais cómodo e que permita a entrada enfim até de um tipo de população que vai ali à carrinha, fica a janela, aquilo não tem um toldo, enfim, estamos já a pensar noutra viatura, mas haveremos de pôr a viatura a funcionar o projeto e sempre para continuar, mas há-de avançar primeiro estamos à espera de uns reforços de recursos humanos que estão a chegar, e que estão a ser formados e depois, aliás, está nas Grandes Opções do Plano a aquisição de uma nova viatura, só posso dizer-lhe a verdade.

O guia informativo está pronto desde o ano passado, mas depois pega-se com aquilo que referiu a seguir, mas, por exemplo, estamos ali com um desentendimento com "*DGPC - Direção-Geral do Património Cultur*al" e até com a "*CCDR LVT Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo*" relativamente a umas normas, obviamente, nós não vamos lá colocar normas aquilo tem que ser atualizado e também não vamos lá colocar coisas que depois não se aplicam, não vamos fazer uma edição para ficar, errado ou desatualizada um mês depois e, portanto, estamos aí à espera de umas respostas, por outro lado, a

questão do licenciamento das alterações, legalizações, ou novas construções no Centro Histórico, Sra. Membro da Assembleia, nós temos de cumprir a lei e a lei não é feita pelo município, aliás, a senhora falou de um conjunto de obrigações para quem constrói no Centro Histórico, ainda há outra, ainda sai mais caro, que é o acompanhamento arqueológico, que é o projeto com outro problema que nós temos aqui de desentendimento até com a própria "*DGPC - Direção-Geral do Património Cultu*ral" até onde é que vai a responsabilidade do Estado Central, a do particular, e a do Estado Local nesta matéria, a DGPC remete tudo para o particular, por exemplo. Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela

Estou só a dar-lhe este exemplo das obrigações arqueológicas, é isso que eu estou a dizer a legislação aponta para este tipo de obrigações e muito mais escrutinadas quando se trata de depois conservar valores patrimoniais e, portanto, daí relativamente ao "*Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela (FIMOC)",* por acaso o regulamento já esteve em discussão pública, já está de novo aplicado, foi reformulado e está o mais agilizado possível, que a verba é atribuída tardiamente, é verdade, é verdade, podia ser mais cedo, mas vai passar a ser mais cedo o problema, se ela é insuficiente ou não, essa é outra matéria, mas aquilo é um contributo, nós não estamos aqui propriamente a financiar obras de particulares, olhe, vou-lhe dar aqui um exemplo, Sra. Membro da Assembleia estava a referir essa questão e nós hoje tivemos que tomar uma decisão, por exemplo, o município tem estado a adquirir vários imóveis também no Centro Histórico para a estratégia local de habitação, porque se as pessoas não conservam compramos nós, vamos nós reabilitar com todas as regras e vamos colocar no mercado de arrendamento acessível e na nossa estratégia local de habitação para quem precisar, mas tivemos agora algumas surpresas, é que há muita gente a querer reabilitar e a trabalhar no Centro Histórico, qualquer dia, temos que comparar os números como é que estávamos há uns anos, e como estamos agora, porque é bom, às vezes os números não é só aquilo que a gente vê numa determinada rua e tive que revogar o direito de preferência, nós estamos a exercer o direito de preferência e agora revogamos o direito de preferência o que foi estranho, precisamente porque consideramos se há um particular que quer investir e reabilitar que o faça, nós vamos à procura de outro num sítio que ninguém queira fazer, e revogamos o direito de preferência, porque também com o fundamento do direito à habitação, porque é um casal jovem ficou muito aborrecido, porque a câmara foi comprar a casa que eles estavam a pensar comprar, não seja, por isso, nós compramos outra, isto a propósito da dinâmica no Centro histórico e de todo o apoio técnico que estamos a dar. Quero também aqui referir que nós no Gabinete do Centro Histórico, o atendimento que é feito, o aconselhamento, a indicação, as propostas para ultrapassar problemas com soluções, o nosso Gabinete tem dado um apoio que eu não vejo em mais lado, nenhum nem até noutros serviços da Câmara não conseguimos, com aquele detalhe e com aquela qualidade de encaminhamento aos nossos municípios, agora não podemos é contornar a legislação e procuramos estar sempre do lado da solução e garanto-lhe nem temos propriamente nem atrasos no Centro Histórico as respostas desta natureza, e costumamos construir soluções conjuntamente com os requerentes para ultrapassar alguns obstáculos.

Ribeira da Salgueirinha Sr. Membro da Assembleia, o grande entrave à mobilidade e que, de facto, sem incómodos enormes para a vida das pessoas de quem trabalha e que tem ali que circular tem que ver, de facto, com a solução construtiva adotada para a zona do atravessamento da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, que também associado a alguns problemas da empresa e da dinâmica da empreitada, se tem prolongado demasiado tempo e o último compromisso que foi assumido connosco é que, no máximo até ao final da segunda semana de março teremos o acesso reaberto e devidamente pavimentado.

Para V. Exas. terem uma ideia do que são estas questões com as Infraestruturas de Portugal, nós visitámos a obra durante a semana do Pinhal Novo, já estava com o tout-venant, teve que ser escolhida a firma e o tipo de tout-venant etc. para mim era novidade devidamente compactado com todas as normas técnicas e mais algumas e nesse dia depois, nós temos saído da visita à obra aquilo estava praticamente pronto, para levar a última sub-base e depois de se fazer o planeamento da pavimentação, as Infraestruturas Portugal vieram de testar com um aparelho, eu tenho aqui o vídeo o nível de resistência de consolidação da compactação do tout-venant e só atingido determinado nível é que se pode passar à segunda compactação. São exigências desta natureza que também nos fazem, às vezes algum desespero, mas eu acredito os técnicos terão razão quando me dizem que, mesmo com o betão ínsito que pode haver cedência da infraestrutura, dos pré-fabricados, nós sabemos que há, agora o betão ínsito com uma sub-base por baixo daquela construção, basta

haver uma pequena cedência e aquilo não estar bem compactado para uma fissura ter problemas estruturais importantes naquela obra de arte.

O prazo está agendado, penso que ontem também houve a reunião para se definir qual era a empresa que ira asfaltar, porque, até isso, as Infraestruturas de Portugal não aceitam o alcatrão de qualquer empresa, isto…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, concluía por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…eu aprendo todos os dias com estas coisas e quero partilhar isto convosco, portanto, estimamos até dia quinze, fica aqui a nota que a obra ainda tem um outro atravessamento que vamos alterar, que não estava inicialmente previsto, que já está feito é o da Vila Paraíso, que o antigo para que ele fique devidamente à mesma quota e que a obra tem prazo de execução até junho, mas a abertura do troço que mais impactos tem tido e incómodos para a população, estimamos então o mais tardar até ao final da segunda semana de março.

Creio que hoje começaram a pavimentação na Rua da Lagoa da Palha, na zona da Infante Dom Henrique será na semana seguinte, enfim, aquilo tem um planeamento lá com as empresas, mas essa, de facto, é a situação mais gravosa.

Dos casos sociais, Sra. Membro da Assembleia, o que nós procuramos fazer é quando encontramos pessoas em situação de carência encaminhá-las para um atendimento, um atendimento, por vezes dirigem-se à Junta de Freguesia e têm o respetivo encaminhamento, mas que vão ao atendimento no gabinete, aliás, na Divisão de Intervenção Social, onde são criadas as condições de diagnostico, de análise da situação de cidadão ou da cidadã, ou familiar, para se acionar os mecanismos de apoio que existem, o município continua a fornecer refeições quentes, o município tem pessoas enquadradas no cabaz solidário saudável, mas tem toda a rede social eu não sei, às vezes até discutimos isto e com os nossos parceiros da rede social e chegamos à conclusão que há meios e que há até alimentos, em excesso que não são entregues, nós temos que caminhar, pode haver pessoas que, enfim, já recebi pessoas que têm vergonha de aceder, nós temos que procurar dar acompanhamento e há pessoas que não querem, que preferem esse tipo de abordagem.

Quanto ao apoio psicológico também o tem feito, temos um projeto todas as sextas-feiras e vamos falar de saúde mental etc. etc., mas também temos dado essa resposta às situações que conseguimos finalizar e que conseguimos levar à conversa, ao gabinete, ou ao atendimento, portanto, estamos disponíveis para nos sinalizarem situações dessas, porque, de facto, ninguém gosta de ver a sua terra e o seu país com situações desta natureza.

Peço desculpa por me ter alongado Sr. Presidente, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Há perguntas, tem que haver respostas, às vezes pode ser um bocadinho mais curto e não ficarmos vinte e sete minutos, mas pronto foi quase tanto como todas as bancadas utilizaram.

Vamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO DOIS – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem os seguintes objetivos principais:

- Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2021, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;
- Repor verbas utilizadas na 1ª Alteração Permutativa para compensar reforços urgentes;
- Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento.

Na Receita:

Procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência, no valor de treze milhões, setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e um euros. Recorde-se que o saldo foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do «Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa», em reunião realizada no passado dia dois de fevereiro, documento que se anexa à presente proposta.

Efetuou-se o reforço da rubrica de transferências correntes no valor de oito mil oitocentos e vinte euros relativo à comparticipação da Estratégia Local de Habitação e do PRIA – Percursos em Rede na Inclusão Ativa, portanto houve aqui uma nova receita.

Procedeu-se à anulação da rubrica dos Passivos Financeiros no valor de cento e dezoito mil cento e cinquenta e oito euros, em resultada da execução física e financeira da obra "Pavimentação da Rua 10 de junho" que foi concluída e paga em dois mil e vinte e um e da reprogramação financeira da obra "Cine Teatro São João – Eficiência Energética", isto estava associado a empréstimo teve que ser agora anulado.

Na Despesa:

Os principais movimentos resultam, por um lado, da:

- Dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e que estão no documento inicial, estava lá a obra ação e estava verba a definir e, portanto, tínhamos a definir sete vírgula quatro milhões de euros, portanto, estava tudo à espera disto, do saldo, foi agora incorporado.
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação também foi parcialmente consumida com encargos transitados no ano anterior, nós temos uma estimativa de pagamentos mas, à depois encargos que transitam para o ano seguinte e a rubrica do ano seguinte não estava preparada para isso, porque estava na expectativa, porque havia orçamento em dois mil e vinte e um, fosse tudo pago em dois mil e vinte e um, mas, como isso passou por questões nem é por dificuldades de tesouraria é por questões de conferência, de pagamentos, de autos etc. etc., foi necessário então reforçar essas dotações.
- Reforço de diversas rubricas de pessoal e de funcionamento cuja dotação se constatou ser insuficiente para as necessidades do ano; e na área de funcionamento, há aumentos significativos na prestação de serviços, na energia, aqui e acolá, e isto tudo dá um reforço de três vírgulas um milhões.
- Reposição de verbas da 1ª alteração é apenas no valor de cento e dezanove mil euros.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual ou inicial definida de trinta e seis, vírgula três milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de quarenta e seis, vírgula oito milhões de euros.

As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço da dotação da ação «Edifícios Municipais – Aquisição, Remodelação e Beneficiação», para além da reposição da verba definida ainda, reforçámos, mais cento e onze mil euros para beneficiação e conservação de diversos edifícios municipais. Há muitas obras de melhoria a fazer em edifícios antigos instalações vetustas etc., trinta e um mil euros para a componente de ar condicionado, sistema automático de deteção de incêndios (SADI) e sistema de aquecimento de água para Caldeira eficiente que depois vai ter uma poupança de vinte por cento;

- Reforço da dotação de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas», para além da reposição da verba que estava a definir, foram efetuados reforços, por exemplo, vinte e oito mil euros para aquisição de uma máquina de lavagem, elevador para a oficina auto, vinte mil euros para permitir a aquisição de umas viaturas de cabine dupla e caixa aberta para reforçar porque a verba é insuficiente,
- Reforçámos a dotação na área da Proteção Civil e Bombeiros com a previsão já da criação de uma segunda equipa de intervenção permanente, os nossos bombeiros bom rigor deveriam ter cada um tem um grupo de bombeiros permanente os pagos pela autarquia com oito membros cada um e depois têm cada um uma equipa de intervenção permanente com cinco elementos e nós temos estado a trabalhar já com as Associações de Bombeiros para uma segunda equipa de intervenção permanente e, portanto, está aqui também mais cento e três mil euros.

Funções Sociais:

- Inclusão de nova ação «Carta Educativa de Palmela», vinte mil euros, então para trabalharmos também com uma entidade externa para a elaboração e revisão;
- Reforço da dotação da ação «Unidade de Saúde da Quinta do Anjo», colocamos já aqui ainda sem ter contracto assinado a não ser um protocolo de intenções com a ARSLVT, uma verba para lançarmos o procedimento para o concurso da unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Infraestruturação de Arruamentos», para além da reposição da verba a definir que já é na ordem das centenas de milhares de euros, temos mais trezentos e cinquenta e cinco mil euros para obras de execução de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento para reforço de dotação das empreitadas em curso para trabalhos complementares para equipar novos furos e remodelar casetas dos furos F3 e F4, na zona do Palmela Village, no loteamento da Expofirme, mais cem mil euros, para uma 2ª fase de infraestruturação da Lagoinha cujos trabalhos foram retomados há semanas e que vamos já por imposição também das Infraestruturas de Portugal ter que fazer ali outras alterações, porque aquilo é a beira de uma nacional, e isto mete sempre as Infraestruturas Portugal;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Rede de Esgotos», se as verbas adstritas ao saneamento remodelações da rede de águas e esgotos já foram das mais elevadas de sempre metidas no orçamento inicial, volta a haver novas obras e novo reforço aproveitando o saldo, trinta mil euros, para revisão de preços da empreitada de Cajados que tem uma 2ª fase, aqui alguns exemplos mais trinta e sete mil e quinhentos euros para manutenção das redes gerais, estamos a rever equipamentos e não só, e mais um reforço de trinta mil euros para poder lançar uma empreitada que se estimava que era cento e poucos, mas já deve de ir nos cento e cinquenta mil dos esgotos na Rua da Uva Moscatel, precisamente numa zona periurbana no Vale da Vila;
- Reforço da dotação da ação «Regularização da Ribeira da Salgueirinha», há aqui mais cinquenta mil euros para permitir aqui pagamentos que venham advir de eventuais afinações do preço da empreitada, porque haverá certamente trabalhos a mais trabalhos, trabalhos a menos e outras obras complementares;
- Reforço da dotação da ação «Ampliação e Remodelação da Rede», do programa «Abastecimento de Água», a reposição da verba a definir já é na ordem dos trezentos e tal mil euros, mas temos ainda assim mais de oitenta e cinco mil, e creio que não vai chegar precisamente para uma obra estruturante que vai criar redundâncias na captação e na adoção, que é a ligação de furos que já estão a meter água também em Val'Flores, de furos que temos na Fonte da Vaca com grande capacidade de débito para ligar ao reservatório elevado da Fonte da Vaca, que é esse que, por exemplo, em janeiro deu origem a mais um episódio que as pessoas justamente falaram em falta de pressão foi a necessidade de mudar a bomba do furo em tempo recorde, com proficiência e trabalho das empresas, mas que deixa sempre ali dois/três dias de algumas anomalias e, portanto, este sistema com uma conduta adutora principal e com todo o equipamento até de telegestão para ser gerido com toda a eficácia e eficiência à distância e ao segundo, que, em caso de colapso de um, avança outro etc. etc., será um investimento na ordem dos trezentos e oitenta e cinco mil euros, só esta conduta e esta telegestão;

- Inclusão de nova ação «Ramais de Energia Elétrica», do programa «Abastecimento de Água», por exemplo, para um dos furos, embora inicialmente, no projeto a EDP tenha aceite um PT aéreo, agora, exigiam uma rede enterrada e um PT todo "*XPTO*", temos que fazer, de facto, com as novas exigências;
- Inclusão de nova ação «Adaptação Climática», do programa «Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza», não tem que ver só com estações meteorológicas tem que ver com um plano de plantações de prado bio diverso, de árvores etc. etc. que falaremos em breve em várias freguesias, mas, em particular em dois espaços que são municipais e que pretendemos ir criando lá está, e ampliando aquilo que muitos falamos todos os pulmões verdes das nossas pequenas vilas e cidades;
- Reforço da dotação da ação «Conservação e Manutenção de Espaços Verdes e Zonas Públicas», estamos aqui a repor verbas, que inicialmente, nós estimámos porque, apesar de estarmos a trabalhar na transferência de competências, destas competências, para as nossas juntas de freguesia, temos que acautelar ainda o lançamento de alguns concursos e depois logo, enfim, cedemos a posição contratual às juntas quando a partir daquela data, a gestão for da junta e, portanto, hesitámos aqui nos valores iniciais quando fizemos no orçamento, mas agora temos que reforçar nestas rubricas vinte e cinco mil lado, cem mil de outro, setenta mil de outro para lançarmos os concursos, vamos é lançar também por menos meses e com esta possibilidade de ceder, depois a posição para a junta e depois o dinheiro para a junta pagar naturalmente;
- Inclusão de nova ação «Parque Verde Urbano de Pinhal Novo», para lançar procedimento concursal para projeto;
- Inclusão de nova ação «Arranjo Paisagístico da Av. dos Bombeiros, em Palmela», aqui no Outeiro que é um magnífico miradouro que Palmela tem e que tem que ser um espaço requalificado e de qualidade;
- Reforço da dotação da ação «Ampliação do CROA», temos aqui várias rúbricas, nove mil numa, trinta mil noutra, por aí fora;
- Reforço da dotação e inclusão de nova económica na ação «Parque de Pesados do Vale do Alecrim - Funcionamento», cujo funcionamento passou a ser assegurada quer pela administração direta quer com recurso a empresas de vigilância e, portanto, necessita aqui maior investimento;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Conservação/Gestão e Animação do Castelo», com inclusão de nova ação «Manutenção e Conservação do Castelo»; são não só obras de conservação do património, mas temos aqui estudos de estabilidade da Torre de menagem, dos baluartes e muralhas, questões relacionadas com atividades que lá vão ocorrer e que necessitam de verbas para prestações de serviço, de reforço de limpeza, um projeto de execução para intervenção nos espaços arqueológicos da Praça de Armas, intervenção em painéis de azulejos, elementos pétreos do Altar-Mor da Igreja, mais trinta mil euros para a correção da cobertura da casa Hermenegildo Capelo, mais treze mil e seiscentos euros para publicações ligadas ao património e designadamente as atas das jornadas "Amanhar a Terra";
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Bibliotecas», reforços também de várias dezenas de milhares de euros, não só para a modernização e aquisição de novo mobiliário, também para a sua conservação, pinturas, equipamento informático e preparação já do investimento para o novo Pólo de Poceirão e para uma zona que no Centro Comunitário da Águas de Moura ao vir a colher a atual biblioteca de Águas de Moura queremos ter ali uma zona de centro de recursos para a juventude, uma zona que lhe chamam de Gaming, enfim, temos que fazer investimentos informáticos também avultados;
- Reforço da dotação da ação «Construção de Campos de Padell em Pinhal Novo»;
- Reforço da dotação da ação «Construção e Beneficiação de EJR e Polidesportivos», chamo a vossa atenção, temos muitos espaços de jogo e recreio em reabilitação, alguns até têm sido desmontados porque a segurança está em primeiro lugar e alguns até já, enfim, são de outros tempos feitos por loteamentos, etc. nós estamos a remodelar quase tudo em todo o concelho, é um investimento enorme

também nunca tivemos tanta possibilidade e, por isso, estamos a dirigir para aqui centenas de milhares de euros, mas, para além disso, ainda temos um povo para construir que parte de um compromisso do "Eu Participo!" um novo espaço de jogo e recreio junto à Rua Maria Eduarda Ferreira;

- Inclusão de nova ação «Programa de Desenvolvimento do Atletismo», tem também aqui uma verba, à cabeça de trinta mil euros para começarmos a tratar do espaço para a construção de mais uma pista simplificada de atletismo, o do Quintajense, já está em obra, vamos continuar e gostava de chegar ao final do mandato e termos três pistas destas com os nossos clubes para a formação e para a mobilização para esta modalidade.

Depois há aqui outros projetos com menos significado, mas que têm que ter aqui as suas rubricas abertas.

Funções Económicas:

- Inclusão de nova ação «Eficiência Energética em Edifícios Municipais e Espaços Públicos», há também aqui verba para elaboração do estudo de implementação das comunidades de energia renovável que é outra dimensão que temos de começar a trabalhar;
- Reforço da dotação da ação «Abertura de novo Arruamento entre a Av. Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, Aires», tivemos que reforçar substancialmente com mais setenta e nove mil euros, uma obra que já era para ter arrancado no mandato anterior e que teve dois concursos desertos. Que é o novo arruamento estruturante entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota em Aires, no âmbito da unidade de execução que foi aprovada pelos órgãos municipais;
- Inclusão de nova ação «Mercados de Produtores Locais do Concelho de Palmela», para continuarmos a qualificar com bancas e outras condições de conforto;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Promoção Turística», vários projetos relacionados com a ação "Palmela Conquista" com presença em exposições, trinta mil euros, já a pensar que vamos retomar investimentos necessários para a feira medieval, depois também quarenta e três mil euros para execução e montagem de questões relacionadas com o estacionamento frente à Pousada e as Guardas dos Baluartes, enfim, nestas áreas do turismo e da divulgação há aqui também investimentos importantes;

Outras Funções Económicas:

- Inclusão de novo projeto «POMAR – Programa Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente», não são verbas muito significativas de início para aquisições de serviços, depois vai para os nove mil e cem, quinze mil, mil e quinhentos etc. trata-se, sobretudo de serviços de apoio técnico a pequenos produtores no âmbito de ação "Palmela Bio", uma nova ação muito ligado ao biológico, ligado também à promoção da Maceira Riscadinha e, portanto, este programa municipal mais integrado, mais robusto com maior qualificação e apoio técnico aos produtores é também um eixo da solução importante, Há depois aqui outros aspetos de maior detalhe, mas ficarei disponível para as questões.

Para além destes reforços, houve anulações nas grandes Opções do plano no valor de cento e quarenta e três mil seiscentos e cinquenta e oito, que tem que ver apenas com acertos na programação, na distribuição por anos e não é nada significativo.

No final o nosso orçamento a ser aprovada esta 1ª alteração modificativa vai atingir os setenta e três milhões setecentos e setenta e sete mil quinhentos e cinquenta e seis euros, representa um acréscimo de vinte e dois, vírgula sessenta e cinco por cento relativamente ao orçamento atual. Depois comportou todas as normas e legislação seja do regime financeiro das autarquias locais, seja outras, e o saldo de gerência, isto é sempre importante dizer, de vinte e um, financia mais de nove milhões de euros no reforço em despesas que também correntes face ao inicial também, dado os custos de funcionamento que tem muito que ver também com a entrada em funcionamento de novos equipamentos que têm que ser mobilados, têm que ser montados, que tem que ter pessoal, e para estarem abertos e a servir a comunidade têm naturalmente que ter pessoas e que ter também um conjunto de requisitos.

Diria só para rematar que possivelmente este mês teremos que ter ainda uma outra alteração modificativa essa decorrente da assunção das competências a transferir por parte da Administração Central e que

estimamos seja em abril seja, em junho fazer então depois de incorporação do resto do salto se tal for necessário para um conjunto de ações que fazem parte do programa de mandato, mas que sem estarem ainda devidamente estudadas e orçamentadas em termos de projeto não se justifica, estarmos agora a incluí-las.

Disse o Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ficamos todos felizes por haver dinheiro para investir.

Caríssimos, quem quer intervir sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Patrícia Caixinha PS."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigado Sr. Presidente.

Bem, eu sobre este ponto não me vou alongar muito, até porque grande parte da discussão quer do Orçamento, quer das Grandes Opções do Plano, já foi feita em dezembro e, portanto, não me vou alongar muito, mas queria apenas reforçar aquilo que já tinha referido na discussão do Orçamento em dezembro e que agora se confirma e que, de facto, estamos perante o maior orçamento apresentado até à data e cujas alterações modificativas, não vão ficar por aqui, conforme já foi referido aqui pelo Sr. Presidente da Câmara.

Esperamos, de facto que as metas orçamentadas e ora dotadas seja, efetivamente cumpridas e executadas e à semelhança da discussão tida em dezembro sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, continuamos a considerar que este orçamento peca por ser pouco futurista e visionário em relação aos reais problemas da população deste concelho, e que esta alteração só confirma a falta de planeamento também atendendo que, em dois meses decorridos já estamos a discutir uma 1ª Alteração Modificativo ao Orçamento com verbas de reforço, algo votadas, independentemente dos ajuste e dos acertos que são expectáveis em qualquer orçamento.

Posto isto, e, à semelhança do que já aconteceu em dezembro, a bancada do Partido Socialista irá abster-se neste ponto.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não vi mais nenhuma intervenção.

António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sr. Presidente, sobre proposta apresentada em termos da bancada da CDU, o importante aqui é referir duas coisas, ao contrário do que foi dito anteriormente a planificação exige uma atualização dos reforços para ser executada e essa só pode ser executada com a aplicação do saldo de gerência que a lei hoje em dia permite que seja feito nesta fase e não na fase de aprovação, simplesmente do relatório e contas do ano anterior como anteriormente, estávamos habituados, portanto, permitindo isto apraz-nos registar que a antecipação de obras por via desta incorporação seja possível o que permite que o orçamento aprovado por este executivo vai de encontro às necessidades da população e, por isso, o nosso voto a favor.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Só referir que, de facto, dois meses depois da aprovação já estamos com a 1ª Alteração Modificativo. Sendo certo que vamos proceder à inscrição de parte do saldo de gerência de vinte/vinte e um, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam a definir, e assim, nós vamos definindo de alteração em alteração, adiando, o dinheiro vai aparecer noutros orçamentos e muitas vezes as obras não se fazem, mas já estamos habituados e temos a certeza que viremos cá mais vezes.

Só referir que o Partido Social Democrata votou contra o orçamento em dezembro, em relação às alterações modificativas, são as alterações de quem fez o orçamento, vinculam a força política que o aprovou e, portanto, iremos abster-nos.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Vitorino.

Carlos Valente do MCCP."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Presidente da Câmara também pela explicação que nos fez.

Eu peço desculpa antecipadamente, pela minha intervenção pouco ortodoxa, mas eu vou tentar entrar aqui em algum detalhe e fazer algumas questões, porque volvidos dois meses e tendo em consideração que o executivo está em funções há pelo menos oito para nove anos, não me parece que seja normal que haja alterações tão relevantes, também peço desculpa, porque aqui o agrafamento da minha cópia foi feito ao contrário e, portanto, eu vou tentar corrigir aqui.

Só aqui, alguns detalhes que eu assinalei até porque eu tive acesso a este documento há dois dias, existe uma inscrição de reforço de cerca de dez por cento, da dotação inicial no que diz respeito a despesas de pessoal nas quais, por exemplo, a dotação do reforço para seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, é o dobro ou mais do dobro. Isto não parece que seja uma surpresa, portanto, eu acho que é possível antecipar em orçamento, o que é que serão, tendo em conta as tendências seguros de acidente de trabalho e etc., órgãos de assessória, quase que duplica cento e cinquenta mil para mais cento e trinta e sete mil, depois nos órgãos de assessoria "01 02".

No Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, temos a duplicação também da dotação, estava quatro milhões e que passa para oito milhões, sendo que na aquisição de bens e serviços, portanto, dentro desta rubrica, estavam novecentos mil euros na dotação inicial e agora existe um reforço de um milhão e seiscentos mil, portanto, mais de o dobro.

Curiosamente, na Divisão de Serviços Urbanos, na aquisição de bens e serviços estavam outros trabalhos especializados um milhão e duzentos mil euros e agora existe um reforço de um milhão e seiscentos mil

euros, em outros trabalhos especializados, eu não sei se é prática, mas outros, dão um bocado a ideia de que não sabíamos para onde íamos.

Na Divisão Desenvolvimento Económico e Turismo, tínhamos aquisição de serviços duzentos mil euros, mais cento e trinta e nove nesta alteração. Desculpem lá esta questão de o agrafamento não foi bom.

No Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, tinham aqui outras despesas correntes, quatrocentos e cinquenta mil euros e agora existe um reforço de novecentos mil, portanto, triplicam digamos assim.

No Departamento de Obras Logístico e Manutenção, tínhamos um total de um milhão e cem mil e temos uma dotação de reforço de novecentos e trinta mil no qual em outros, quinhentos mil, estes novecentos e trinta e quinhentos mil.

Penso que é tudo, portanto, nem sequer vou às Grandes Opções do Plano, parece-me é que volvidos dois meses, estas rubricas de reforço em outros a mim, parecem-me dizer que tal como disse durante a discussão e aprovação do orçamento, a nosso ver, não existe uma estratégia profunda de onde queremos Palmela nos próximos anos e temos vindo a perder tempo e continuamos aqui a tapar o buraco atrás de buraco, nesse sentido, apraz-me dizer uma última coisa que é, já dizia um grande gestor, "*Se não tiveres rumo, nenhum vento será favorável*" nesse sentido. A posição do MCCP, vai ser de abstenção.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Rui Valente CH."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Boa noite Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Vereadores, as pessoas que nos assistem lá em casa.

Gostaria de dizer apenas ao Sr. Presidente, um pouco aquilo que já foi aqui referido, esta retificação em tão curto espaço de tempo ou seja da aplicação da verba, mas que poderia ser uma oportunidade para usar estes treze milhões em algumas das rúbricas que a nosso ver pecam um pouco por serem escassas, ou seja, o que nós entendemos por estes orçamentos é que vão distribuindo bastante, vai-se alcatroando aqui um quilómetro, ali cem metros, e passa-se os quatro anos e a obra que nós gostaríamos de ver feita e que vai de encontra aquilo que é a evolução demográfica também no nosso concelho onde passámos de e cerca de um índice de cem idosos por jovens, para cento e cinquenta, ou seja um acréscimo bastante elevado onde tivemos um aumento de cerca de dez por cento dos jovens entre os zero e os catorze anos e infraestrutura para se ajustar a esta evolução demográfica, está um pouco isolada, seja a nível estratégico de que permita este acompanhamento, nomeadamente a nível de parques para as crianças desfrutarem a espaços de lazer, zonas que tornem o concelho atrativo e que permitam que as pessoas tenham satisfação, conforme tem vindo a ser evolução que já vai com sessenta e oito mil habitantes aqui no concelho.

Nós vamo-nos abster nesta votação."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Penso que não.

Sr. Presidente, questões cirúrgicas muito rapidamente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Breves notas, questões de fundo e questões políticas naturalmente aforma como algumas coisas são ditas e interpretadas e eu não quero ser deselegante, mas tenho que dizer aos Srs. Membros da Assembleia, que há aqui asserções e considerações feitas que revelam, se calhar, ainda pouca experiência na abordagem deste tipo de documentos e do funcionamento das autarquias locais.

A incorporação do saldo de gerência habitualmente era feita em abril, felizmente ao fim de dezenas de anos de reivindicação por parte das autarquias para que, desde que houvesse os mapas tesouraria e balanço feito se pudesse utilizar esse dinheiro, houve um governo que achou por bem dizer às autarquias "*Sim senhor as coisas tão limpinhas comecem a utilizar o dinheiro para aquilo que necessitam*", nenhuma autarquia Srs. Membros da Assembleia, faz exclusivamente aquilo que consegue aprovar como orçamento em outubro ou novembro do ano anterior, mais, para conseguirem equilibrar a receita prevista que tem condicionalismos mesmo quando sabemos que vamos receber mais e não a podemos pôr, porque ela depende da média dos últimos vinte e quatro meses ou dos últimos trinta e seis meses consoante a situação, logo aí vamos ter um saldo que nós já podíamos ter posto como receita previsível, somos impedidos por lei, de o fazer.

Nós não conseguimos meter até aquelas despesas que estimamos que vão acontecer e que são fixas, todas, todas, todas, tal e qual com o valor, e aliás, e quase nem se consegue acertar, nós estimámos uma determinada despesa com a Amarsul e com a Simarsul, mas já percebemos ao pagar a fatura de dezembro e pelo aumento da TGR - Taxa de gestão de resíduos, que é uma coisa que temos cem por cento e que temos de discutir aqui um dia, que eu gostava de ver as forças políticas a debaterem isso, que vamos pagar quase o dobro portanto nós estamos a cabimentar agora as rubricas, nalgumas despesas correntes para podermos depois passar o ano com tranquilidade sem ter que andar depois a ter que mandar algum projeto estratégico ou alguma obra abaixo para pagar isso é outro tipo de despesas, e, portanto, isso é feito com o saldo do ano anterior para várias rubricas.

Depois se nós estamos a recrutar pessoal, se temos concursos a decorrer, obviamente, temos que prever e na altura, não podemos prever mais, e depois à as saídas e entradas as novas necessidades, temos de prever tudo aquilo que, com as despesas de pessoal, tem ali efeitos colaterais, que nós aumentamos verbas para a formação, aumentamos verbas aos seguros de trabalho, isso também tem que ver com os riscos, tem que ver, com o facto de irmos pagar agora um subsídio de insalubridade e penosidade a mais pessoas.

Esta questão dos órgãos de assessoria, bom, há aqui algumas coisas que eu já venho dizendo isto há muitos anos e já tive esta discussão com outros Membros da Assembleia que aqui estão, noutros mandatos e penso que isto já ficou esclarecido, os outros trabalhos especializados e os órgãos de assessoria convém ir ao "*Pocal-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*", ou ao "*SNC - Sistema de Normalização Contabilística*", ler o que é que lá está, porque sabe que os pagamentos à Amarsul e Simarsul, entram nos outros trabalhos especializados é porque, quem lê isto assim, faz a sua interpretação em bom português, mas sem conhecer a rubrica, tecnicamente, dá a sensação que alguém anda para aqui a encomendar obras de arte, se calhar, não sei, mas, pronto, que fique claro tal como isto, órgãos de assessoria, eu nem tenho assessores.

Nós temos é, de facto, que, para determinados projetos, até para estratégia local de habitação, nós vamos ter que contratar equipas externas e entra neste tipo de rubricas faço-me entender, portanto, quando disse que não foi às GOP, era bom cruzar as rubricas do orçamento com as GOP, porque as GOP estão refletidas no orçamento só em rúbricas com outro nome e, de facto, eu creio que com o tempo, vamos todos perceber melhor aqui algumas coisas, sem isso, queria dizer que não vamos estar em desacordo nalgumas opções, não esta em causa.

Combate a praga dos resíduos sólidos, aumento do outsourcing da recolha porta a porta, da lavagem de contentores, etc. todas essas rubricas aumentam exponencialmente, nos resíduos sólidos aumenta mais ainda, porque, para além das viaturas que já temos em processo de aquisição, conseguimos verba para comprar a pronto, sem ser a leasing mais três viaturas pesadas para áreas operacionais, mais um camião para recolha de verdes para compostagem, mais uma viatura nova de resíduos sólidos para acrescentar a mais duas que já adquirimos para os bio resíduos que é outra componente em que estamos a apostar e que o concelho tem que avançar decididamente, e este ano teremos as primeiras ações, nesse domínio e que depois vamos alargar para o resto do concelho, portanto, há aqui um conjunto de matérias que, quando começarmos a lerem simultaneamente o orçamento e as GOP vamos entender melhor ao que, é o que, as coisas

efetivamente dizem respeito. Não se pode e acho que é abusivo e até acho deselegante falar de planeamento relativamente à incorporação do saldo, é precisamente o inverso, isto é que é planear e sabe, porque é que isto é que é planear é porque eu não posso estar à espera de abril nem de junho, para ter verba para fazer um projeto de uma obra que quero lançar ainda este ano e nós não temos aqui obras novas, e vamos meter mais o que é que os senhores vão dizer nas próximas alterações modificativas, nós agora para o "*PAICD - Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas*" conseguimos para as freguesias de Marateca e Poceirão, são seis milhões e meio de euros, vai aumentar o orçamento outra vez eu tenho que os por lá para vários anos.

Quando começarmos a contratualizar as primeiras candidaturas ao "*PRR- Plano de Recuperação e Resiliência*" para diversos domínios eu vou ter que mexer no orçamento e vou ter que rearrumar outras, quando contratualizarmos empréstimo para fazer, então sim, determinados planos mais integrados em dois anos para isto, ou para aquilo, porque nós vamos ter que recorrer a empréstimo para acompanhar algumas opções, nalgumas candidaturas e isso é normal e ainda bem que vamos com recorrer a empréstimo e é sinal que temos capacidade de endividamento, não vamos deixar oportunidade de fazer aquilo que temos que fazer, portanto, vai haver mudanças constantes e ainda bem que a lei nos permite isso, mas estamos a fazer isto já, planeando, nós sabemos quando é que vamos fazer entrar determinadas verbas para determinadas matérias à medida que avançarmos neste quadro comunitário.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós podemos sempre considerar que há uma ou outra matéria em que podemos investir mais, em que podemos fazer melhor, e isso eu dou de barato porque, naturalmente, até teremos opções e prioridades diferentes e formas de ver o assunto, de forma diferente, mas não se pode dizer, é que não há obra, não se pode dizer que não há investimento, porque temos vindo a fazer o maior investimento de sempre do concelho de ano para ano a bater records em volume absoluto e em percentagem e, apesar de termos tido oito grandes empreitadas que ficaram sucessivamente com concurso deserto, com aumentos de preços insuportáveis e que tivemos que passa-las, ora plurianualmente do ano passado para este ano, e outras só para arrancarem este ano, como felizmente, tem sido possível fazer arrancar nestes dois primeiros meses do ano ainda assim tivemos em dois mil e vinte e um e vamos ver em abril onde é que ficamos no ranking, a mais elevada execução orçamental da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, se não fizemos mais obra, não foi por falta de capacidade de fazer projeto, de planeamento, foram por circunstâncias que hoje afetam as obras, as empresas, e que vão continuar a afetar e oxalá que o momento que estamos a viver, não agrave ainda mais essa situação, com problemas ao nível do fornecimento de matérias-primas, de combustível, enfim, muita coisa que vai afetar a economia e a vida das pessoas naturalmente e, portanto, não se pode dizer, se não começamos aqui numa questão de terra queimada ou de miopia politica. Podemos é dizer que se fazia de outra forma, ou que se faria outras, em detrimento de outras, portanto, eu convido a uma leitura mais apurada das opções que aqui estão e também apercebermos junto das populações se efetivamente estamos a fazer aquilo que é que é necessário, e não é só aquilo que ouvimos dizer que, enfim, mas esse tipo de consideração, ficaria por aqui..."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…esta alteração modifica, dota o nosso orçamento das condições para os nossos serviços porem em andamento, um conjunto de ações e investimentos que têm que ser trabalhados cada vez com mais tempo de antecedência dadas as dificuldades que temos hoje na contratação pública e até internalizando um conjunto de serviço, de fiscalização, de projeto, etc. etc. as entidades públicas e as autarquias que são elas que estão a fazer mexer o país com este aproveitamento dos fundos como foi no quadro anterior e como será no próximo, dada até esta descentralização e esta capacidade de financiamento das ações, nunca se fez tanto a obra e estamos a ter dificuldades em cumprir prazos, mas isso também está a acontecer na economia, no privado, em todo o lado, portanto, não é um problema da Câmara de Palmela é um problema do país, que neste momento não consegue responder a tempo e horas às necessidades quando, finalmente, há capacidade de

investimento e a dinheiro para adjudicar, é isso, é que, me está a preocupar neste momento e espero que sejamos todos coletivamente capazes de aproveitar um contexto favorável de financiamento para alavancar desenvolvimento social dos nossos territórios."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com onze votos a favor da CDU e dezoito abstenções (nove do PS, três do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto três, Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Proposta de Revogação do Plano Geral de Urbanização de Aires, do Plano Parcial de Urbanização da Barra Cheia, Vale de Touros, Olhos de Água e Lagoinha, Revogação parcial do Plano Geral de Urbanização de Palmela;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

No seguimento das alterações introduzidas ao artigo 199º – Classificação do Solo – do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 25/2021 de 29/03, ficam os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) que procedem à classificação do solo obrigados à adequação da classificação e qualificação do solo de acordo com as regras estabelecidas naquele diploma até final de dezembro de dois mil e vinte e dois.

No que diz respeito ao município de Palmela, nas referidas condições e para além do PDM, cuja adequação se encontra a decorrer em sede do processo de Revisão, existem os seguintes Planos em Vigor:

1. Plano Geral de Urbanização de Aires (PGU Aires) – Publicado em Diário da República I série-B de 20/01/1995 pela Portaria 46/95 de 20 de janeiro;
2. Plano Geral de Urbanização de Palmela (PGU Palmela) – Despacho SEALT publicado em Diário da República II série de 19/12/1989;
3. Plano Parcial de Urbanização da Barra Cheia, Vale de Touros, Olhos de Água, Lagoinha (Plano Parcial) – Publicado por Declaração em Diário da República II série de 03/11/1992.

E como é possível verificar todos estes planos são anteriores à data da publicação do Plano Diretor Municipal - aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 115/1997 de 9/7 e publicado em Diário da República I série-B de 09/07/1997 – acabam por ser revogados por este "IGT-Instrumento de Gestão Territorial" o Plano Diretor em vigor, em tudo o que com ele não seja concordante, foi isto que foi adotado à época através de uma norma revogatória que constante no artigo 35.º do respetivo Regulamento.

A proposta de revisão do PDM, dando cumprimento ao preceito legal, reconhece na sua normativa as disposições dos outros PMOT cujo conteúdo se mantém oportuno e revoga aquelas normas que, por motivos vários, são já extemporâneas, passando a classificar o solo em conformidade com o modelo territorial definido, nomeadamente este do artigo do RJIGT, aqui citado e da Lei de Bases - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com a redação do DL n.º 52/2021, de 15/06. Entre os Planos que a Proposta de Revisão do PDM prevê revogar encontram-se também já estes três Planos atrás referidos.

Perante a necessidade de apresentar à Comissão de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, as deliberações do município sobre os trabalhos preparatórios da adequação dos Planos que se pretende manter em vigor, e não sendo aplicável tal procedimento, considera-se com a presente proposta, ficar o assunto sanado, dando por esta via cumprimento à obrigação legal, de não existirem PMOT em vigor que não cumpram as disposições legais em vigor.

Face à aproximação do prazo para a integração das regras de qualificação e quantificação do solo nos planos municipais, opta-se pela antecipação da Revogação destes Planos, uma vez que os conteúdos estão de uma forma geral assegurados pelo atual PDM e também já outros princípios incorporados na revisão.

Relativamente ao PGU de Palmela, exceciona-se da revogação a normativa aplicável à gestão urbanística do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, propondo-se assim a Revogação Parcial do PGU. As normas a manter em vigor são as que dizem respeito à área de intervenção, a obrigatoriedade da prescrição, a Realização do Plano, a Zona especial que é núcleo histórico de Palmela e o artigo 17º, cujo conteúdo se ilustra na Planta Síntese e Planta número cinco dos elementos complementares ao Plano que não carecem da transposição para os novos conceitos, pelo que se podem manter em vigor até à entrada em vigor da Revisão do PDM, altura em que também esta disposição fica revogada, por integração naquele PMOT.

Assim, ao abrigo da legislação aduzida na proposta, propõe-se que a Assembleia possa deliberar:

a) a revogação destes PMOT:
   - Plano Geral de Urbanização de Aires;
   - Plano Parcial de Urbanização da Barra Cheia, Vale de Touros, Olhos de Água e Lagoinha;

b) a revogação parcial do Plano Geral de Urbanização de Palmela, em todo o seu conteúdo, com exceção dos artigos aqui mencionados: 1.º, 3.º, 4º, 16.º, 17º, Planta Síntese e Planta n.º 5 dos elementos complementares do Plano.

Depois obviamente após a deliberação da Assembleia remeteremos para publicação em Diário da República.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções?

Patrícia Valente, PS."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Muito boa noite a todos e a todas.

Vou apenas fazer aqui referência a três pontos de forma rápida, em primeiro lugar, gostaria de questionar em que ponto é que se encontra a revisão do plano, em segundo lugar, questionar quando é que será feita a discussão do mesmo e, por fim, sugerir que, dentro de um prazo de seis meses fosse feita uma apresentação esclarecedora, bem estruturada, bem pensada do mesmo.

O Partido Socialista irá votar a favor, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções? Não?

Sr. Presidente, cirurgicamente também."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Procurando responder também telegraficamente, os trabalhos do da revisão do PDM, estão em desenvolvimento já passámos as fases das duas reuniões das Comissões Consultivas, temos estado em reuniões de concertação bilateral muito duras com diversas entidades, sendo as questões mais difíceis de dirimir as exceções a REN bruta, portanto, com a APA, com o ICNF, e o próprio parecer geral da CDDR, que é um parecer extenso de dezenas e dezenas de páginas e que estamos a preparar uma reunião de concertação que já devia ter acontecido, mas que acabou de nos ser agendada para dia catorze/quinze de março.

O que é que vai acontecer aí vamos responder ponto por ponto e tentar desmontar e manter as nossas teses relativamente à defesa de terminados aspetos e opções junto da CCDR, para podermos passar então à elaboração de uma proposta que visa a aprovação da discussão pública e que terá que vir naturalmente aos órgãos municipais.

Com esta dilação destas reuniões com estas entidades que têm sido mais duras e agora este adiamento da CCDR para dia quinze de março, eu inicialmente, o que tínhamos no nosso cronograma de trabalho e poder chegar ao final de março e deliberarem em reunião de câmara eventualmente até extraordinário o processo de discussão pública, mas temo que não será possível, temo, tenho quase a certeza porque com esta reunião do dia quinze, aquilo não vai, não vai, correr bem nem vai ficar fechado, mas temo que que teremos a discussão pública, vou dizer assim, no primeiro semestre. Temos todos como objetivo, nós e outros municípios ter isto tudo pronto, até final de dois mil e vinte e dois, embora tenha assistido recentemente a reuniões da Associação Nacional de Municípios e da própria Área Metropolitana, com vários municípios a pedirem a revisão dessa data de términos, mas não foi o nosso caso, nós estávamos confiantes com o decorrer dos trabalhos, que isto será possível ficar arrumado este ano."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Teremos, com certeza que trazer à discussão aqui da Assembleia, este Plano Diretor Municipal, mas penso que, mesmo antes dessa discussão pública deverá de existir um contacto direto com a Assembleia no sentido de…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente, se me permite comentar esse aspeto, em primeiro lugar, dizer que isso já foi feito à Assembleia Municipal sobre esta revisão, já foi feito, mas, que temos todo a disponibilidade aliás, o PowerPoint dessa apresentação poderemos disponibilizado oportunamente aos novos membros que não tiveram oportunidade participar na anterior, mas depois faremos aquilo que a lei nos obriga, temos todo o gosto em fazer algumas sessões de trabalho."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Nós estaremos disponíveis com certeza, para isso, até porque tem sido isso que tem sido trabalhado em termos da Comissão de líderes e recordam-se, com certeza que foi um dos temas que, na primeira reunião que tivemos foi abordado a questão do PDM já com a Ribeira da Salgueirinha na altura em cima da mesa.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Há pouco a votação do orçamento não foi como eu disse dezanove abstenções e doze a favor, mas sim dezoito abstenções e onze a favor, porque há duas faltas, uma da bancada da CDU e outra na bancada do MCCP, peço desculpa.

Muito bem, ponto quatro se faz favor."

PONTO QUATRO – Acordo para a transferência de Passagem Inferior Rodoviária no PK 12+856 da Linha do Alentejo na sequência de supressão de Passagem de Nível;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nós estamos num processo há vários anos depois de ter havido a época investimentos da então REFERE e do Instituto de Estradas de Portugal, na eliminação de passagens de nível e da construção de um conjunto de viadutos superiores inferiores e outras passagens para peões também desniveladas, num processo que visa receber em boas condições aquilo que nós consideramos que é da responsabilidade do município, porque a legislação que é até anterior a essas intervenções, determina a respetiva integração na rede rodoviária municipal, quando se trate de um viaduto desta natureza com a consequente integração no domínio público municipal, mas o os protocolos ou os acordos que nos têm sido propostos ao longo destes últimos anos, trazem sempre responsabilidades que os municípios nunca consideraram ser aceitáveis, desde logo a responsabilidade pela própria obra de arte que às vezes tem problemas gravíssimos de natureza estrutural e essa nós consideramos que deve continuar a ser da empresa que a construiu, ou que a mandou construir neste caso, deixando apenas para a responsabilidade do município, aquilo que é a parte do usufruto público, é evidente que competirá ao município repavimentar, é evidente que caberá ao município fazer a sinalização horizontal, repor sinais, pagar a iluminação pública que ficou colocada, ou um equipamento semafórico que foi colocado até por exigência do município, agora a obra de arte em si, o viaduto, enfim, há ali questões técnicas e de responsabilidade, até depois, perante quem explora neste caso a ferrovia ou a rodovia que não podem ser imputadas ao município.

Depois de vários anos de negociações, começamos a chegar a algum modelo de acordo, sensato, em que as Infraestruturas de Portugal ficam com uma responsabilidade, e o município fica com outras. Este é o primeiro acordo a que chegámos, começamos numa ponta do concelho e da freguesia de Pinhal Novo, nós temos vinte um no eixo Norte-Sul na outra parte da outra linha, na linha do Alentejo, são muito complexos, alguns têm problemas gravíssimos vamos ver quantos conseguimos aprovar este ano, mas este foi o primeiro e que visa aqui já uma perspetiva de entendimento entre as partes que nos anos anteriores tem estado muito difícil de alcançar seja com a nossa autarquia seja com outras, mas, penso que este está em condições e percebermos quais são as nossas obrigações e assumiremos as nossas responsabilidades naquilo que diz respeito à conservação e manutenção destes espaços."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada Sr. Presidente.

Intervenções neste ponto da ordem de trabalhos?

Não existindo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto cinco.

Pode ler a proposta por favor, depois faço um comentário."

PONTO CINCO – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela

A **Sra. 2ª Secretária, Ana Sofia Costa do MCCP:**

"Dispõe o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal, no âmbito das competências de funcionamento, elaborar e aprovar o seu Regimento.

Tendo em conta que o Regimento em vigor data do ano de dois mil e dezoito2018, entendeu-se que o mesmo deveria ser revisto e atualizado.

Para o efeito foi criado um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão permanente, composto pelo Presidente da Assembleia Municipal e um representante de cada bancada (Joaquim Pires da CDU, Patrícia Caixinha do PS, Carlos Valente do MCCP, Carlos Vitorino do PPD/PSD, Rui Valente do CH e Tânia Ramos do BE), que, após reunirem e apresentada as diferentes propostas de alteração, chegou a uma versão final do documento.

Face ao exposto, propõe-se, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela, documento que se anexa, passando a constituir parte integrante da presente proposta."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Quero fazer aqui um agradecimento aos diferentes líderes de bancada, que e possibilitaram este trabalho que acabou por ter que ser um pouco mais demorado do que aquele trabalho cirúrgico que eu tinha dito inicialmente que íamos fazer, foi um cirúrgico um pouco mais demorado, mas pronto, fizemo-lo e fizemo-lo bem, mas tenho ainda uma nota para vos dar, recebi ontem de manhã um telefonema da Dra. Pilar Rodriguez, Chefe de Divisão desta Câmara Municipal, que pediu para incluir três pequenas notas que têm a ver com o "*RGPD - Regime Geral de Proteção de Dados*" e o que é que dizem essas notas nós tínhamos reunido na terça-feira, portanto, isto é de ontem quarta-feira, o que é que dizem essas notas artigo vigésimo primeiro diz: *"Sempre que as circunstâncias o recomendem poderá o Presidente da Assembleia Municipal determinar a realização de reuniões por videoconferência utilizando plataformas de comunicação segura*", ou seja aquilo que nós já fazemos não era contemplado no regimento, houve um acordo tácito entre todos no mandato anterior para fazerem reuniões por zoom, e isso aconteceu.

As sessões da Assembleia Municipal são por regra alvo de registo fotográfico e as sessões da Assembleia Municipal poderão ser objeto de registo videográfico bem como da transmissão pela Internet nos canais de streaming anunciados no portal web municipal em direto e diferido com o propósito de permitir o seu funcionamento quanto às circunstâncias, recomendarem de proporcionar uma ampla divulgação dos assuntos sobre os quais lidera em diversos suportes comunicacionais e de fomentar a participação cidadã na vida local, eu pedi Ana Paula que transcrevesse para este ponto estas três notas, que são três notas que têm a ver com o "*RGPD - Regime Geral de Proteção de Dados*", que salvaguardam, nomeadamente o facto de estarmos a chegar a casa das pessoas e o nosso regimento não ter isso consagrado, pronto, peço desculpa ter sido tão em cima, mas também o telefonema foi feito ontem de manhã e eu tive aqui ocasião para outra maneira, portanto, gostava de salientar o facto de enfim, não tendo sido cirúrgico algumas das alterações, podemos aqui eu penso que ter um documento que é mais adequado até ao nosso funcionamento do que aquele que era antes.

Alguma intervenção sobre este ponto?

Carlos Almeida faz favor."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Sr. Presidente, cumprimento a si, os membros da Assembleia, e a mesa, Sr. Presidente da Câmara em si cumprimento, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente também, comunicação social, trabalhadores que estão connosco e, naturalmente aqueles que nos acompanham na tranquilidade dos seus lares.

Apenas e muito rapidamente para dizer que, obviamente, estamos de acordo com estas sugestões que foram formuladas e aí muito, atempadamente avisadamente porque, aliás, tem uma enorme experiência e que nos ajuda assim a construir um texto melhor e para deixar também uma manifestação de agrado da nossa parte pela forma como foi possível convergir vários aspetos, várias vontades num texto, com certeza, não será, enfim o olímpico dos textos que, há de, ser revisto eventualmente, no próximo mandato, mas corresponde, com certeza a uma melhor produção textual daquilo que há-de ser o regimento, a lei é que vai confirmar a nossa atividade.

Muito obrigado Sr. Presidente, era esta questão que queríamos deixar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigado uma vez mais Sr. Presidente.

Sobre esta questão do regimento, eu apenas queria deixar aqui algumas notas, o Sr. Presidente já agradeceu aqui aos líderes de bancada pelo trabalho que todos tivemos para conseguir chegar a este documento. Ainda assim eu queria deixar aqui um agradecimento especial à Ana Paula, por todo o apoio administrativo que nos deu neste trabalho que não foi muito fácil e, portanto, porque nós líderes também por vezes somos muito perfecionistas em algumas coisas e, portanto, queria deixar aqui o agradecimento por esse trabalho também, obviamente que os líderes de bancada estiveram a representar as suas bancadas, mas, obviamente que houve mais elementos que contribuíram de cada uma das bancadas para que este trabalho pudesse ser finalizado e no caso do da bancada do Partido Socialista quero agradecer ao Paulo Santos, que pela sua interpretação e análise jurídica que fez há algumas questões do regimento e que muito contribuiu também para poder clarificar aqui algumas questões do regimento.

Em relação ao documento que eu confesso que passei os olhos por algumas questões ainda ontem à noite, mas já era muito tarde e, portanto, só tive acesso ao documento completo agora, viu no transversal, independentemente da aprovação que eu acho que não está em causa, porque o conteúdo verte tudo aquilo que nós nas nossas reuniões, debatemos e discutimos acho que tem que haver aqui uma análise mais preciosa e, por exemplo, eu reparei aqui algumas questões no caso do "*RGPD - Regime Geral de Proteção de Dados*" que referiu, que já está aqui incluído, mas só está na parte das sessões extraordinárias, portanto, deverá ser, por exemplo, incluído também na questão das sessões ordinárias porque fará sentido, portanto, não fará sentido só estar especificamente numa, depois em relação ao "*RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais"*, eu também tive esse trabalho, portanto, aparece umas vezes, só as siglas, outras vezes as designações, portanto, são pequenos preciosismos que, independentemente de aprovarmos aqui o documento hoje, que isto deve ser retificado com estas salvaguardas.

Obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Joaquim Pires, CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Também muito rapidamente, fazendo parte do grupo constituinte que trabalhou nesta matéria, na revisão do regimento, no fundo, o que estamos aqui a fazer ainda hoje está baseado no regimento anterior salvo erro teve uma revisão em dois mil e dezoito e, portanto, esta será a revisão atual que foi conduzida e constituída por o grupo que já aqui foi referido também com a colaboração de outras pessoas dos respetivo grupos parlamentares, assim dizendo.

Do meu ponto de vista, o envolvimento e o grupo foi um trabalho profícuo que se fez, de bastante profundidade, o que, o documento que hoje se coloca a votação é o resultado de um conjunto de sessões de trabalho, muitas vezes com bastante sacrifício e que nós levamos, penso eu a bom termo e, como disse, o meu camarada Carlos, é um documento importante para todos nós, é por aqui que nos vamos reger, e portanto, penso que vamos conseguir ter ainda um melhor desempenho, um melhor trabalho com as regras que estão, são quarenta e cinco ou quarenta e seis artigo, cada um tem um conjunto de normas enormes e depois há os direitos e há os deveres, à Constituição, portanto, é um documento bastante completo, deu-me bastante satisfação também trabalhar nisto e, portanto, esperemos que da sua aplicação, naturalmente, nós melhoremos a nossa intervenção no sentido de um bom funcionamento também.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Fica este desafio da Patrícia de tentarmos aqui ajustar alguma coisa, a Ana Paula hoje de manhã, falávamos como é habitual às oito e meia e disse-me; vou fazer uma brochura já encadernada para todos, e eu disse não, não vale a pena, calma, agora vamos acertar isto e depois logo mandamos a respetiva brochura.

Vamos votar então, a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, três do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Terminámos os pontos da ordem de trabalhos, queria agradecer a presença do Sr. Presidente de Câmara e dos Srs. Vereadores e queria desafiar todos os que fazem parte das comissões, para tomarem posse enquanto membros das mesmas, aliás, como tinha dito na última sessão, o termo de posse tem que ser dado para que as comissões possam começar a funcionar, tem que ser dado pelo Presidente da Assembleia e, portanto, "*Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, de dois mil e vinte e dois, no Cine Teatro São João Palmela, compareceram perante mim José Carlos Matias de Sousa, Presidente da Assembleia Municipal em conformidade com a deliberação tomada pelo plenário sessão extraordinária realizada a três de Fevereiro de dois mil e vinte e dois, os membros da Assembleia abaixo indicados que tomaram posse como membros e coordenadores das comissões para o mandato de dois mil e vinte e um/dois mil e cinco*" e estão aqui todos.

Recordo-vos que dia sete de março voltaremos, eu tenho tido algumas queixas de vós de que aqui não temos condições, mas é um espaço onde estamos mais à larga é que não conseguimos por mais mesas na Biblioteca e, portanto, não sei se não voltaremos aqui dia sete.

Muito obrigado pela vossa presença e quem está em casa boa noite também para todos.

Obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa